



ESTADO DO ACRE
SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO

Av. Getúlio Vargas, 232, Palácio das Secretarias - 1º e 2º andares - Bairro Centro, Rio Branco/AC, CEP 69900-060
Telefone: - www.ac.gov.br

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO SRP N.º 119/2026- COMPRASGOV N.º 90119/2026

O Estado do Acre, por intermédio da Secretaria Adjunta de Compras, Licitações e Contratos - SELIC, infra qualificada, torna público aos interessados que na data, horário, e condições abaixo indicados, fará realizar licitação na modalidade de **PREGÃO na forma ELETRÔNICA**, tudo de conformidade com Decreto Estadual nº. 11.363 de 22/11/2023, Lei Complementar nº. 123/2006, Lei nº. 8.078/90, Código de Defesa do Consumidor, aplicando-se subsidiariamente, a Lei nº. 14.133/2021 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

Esta licitação foi regularmente autorizada pelo **Órgão Contratante** conforme consta no processo administrativo, sendo a Secretaria Adjunta de Compras, Licitações e Contratos - SELIC, órgão da estrutura administrativa da Secretaria de Estado de Administração - SEAD, responsável pelos procedimentos licitatórios, designada como **Órgão Promotor** da licitação.

PROCESSO ADMINISTRATIVO:	0068.008553.00022/2026-42
ÓRGÃO CONTRATANTE:	Departamento Estadual de Trânsito - Acre - DETRAN
UASG:	927996
MODALIDADE:	PREGÃO
FORMA:	ELETRÔNICO
SRP:	<input checked="" type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO
CRITÉRIO DE JULGAMENTO:	<input checked="" type="checkbox"/> MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO POR ITEM
MODO DE DISPUTA:	<input checked="" type="checkbox"/> ABERTO
VALOR DE CARÁTER SIGILOSO:	<input type="checkbox"/> SIM <input checked="" type="checkbox"/> NÃO
VALOR ORÇADO:	<input checked="" type="checkbox"/> Valor Estimado <input type="checkbox"/> Valor Máximo Aceitável <input type="checkbox"/> Valor de Referência
PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS (Observado o disposto no art. 4º § 1º da Lei 14.133/2021)	<input checked="" type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO
INTERVALO MÍNIMO DE DIFERENÇA ENTRE OS LANCES (DISPUTA ABERTA):	VALOR [R\$ 0,01]

INVERSÃO DE FASES:	[] SIM [X] NÃO
PROVEDOR:	Sistema de Compras do Governo Federal (COMPRASGOV). http://www.gov.br/compras/pt-br/
DATA DA ABERTURA:	16/04/2026
HORÁRIO DE BRASÍLIA:	09h15min
PERÍODO DE RETIRADA:	31/03/2026 à DATA DE ABERTURA
ENDEREÇO ELETRÔNICO:	http://www.gov.br/compras/pt-br/ e/ou http://www.licitacao.ac.gov.br
PREGOEIRO(A):	Mário Jorge Moraes de Oliveira
NOMEAÇÃO:	Portaria SEAD nº. 262 de 12 de Março de 2025, publicado no Diário Oficial do Estado do Acre, ano LVII, Nº. 13.980 de 13 de Março de 2025.
Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a abertura do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local estabelecidos no preâmbulo deste Edital, desde que não haja comunicação do(a) Pregoeiro(a) em contrário.	

O Pregão será realizado pelo(a) Pregoeiro(a) a ser designado por esta secretaria, bem como os Servidores que irão compor a equipe de apoio. Na ausência ou impedimento do(a) Pregoeiro(a) ou equipe de apoio indicado neste item, poderão atuar outros servidores oficialmente capacitados e designados pela Administração.

1. DO OBJETO

1.1. Constitui objeto da presente licitação a **Registro de preços** para contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviços de implantação e operacionalização de sistema informatizado de abastecimento e administração de despesas com combustíveis em postos credenciados, mediante uso de cartão eletrônico ou magnético, com fornecimento contínuo e ininterrupto de combustíveis para a frota pertencentes ou sob responsabilidade do Departamento Estadual de Trânsito - Acre, inclusive o serviço de recolhimentos com retenção dos encargos e tributos de obrigação da contratada em nome desta Autarquia por cada posto credenciado, a fim de atender as necessidades do Departamento Estadual de Trânsito - Acre.

1.2. **Em caso de divergência existente entre as especificações deste objeto descritas no COMPRASGOV e as especificações constantes do Anexo I deste Edital prevalecerão às últimas.**

1.3. Acompanham este Edital os seguintes Anexos:

Anexo I: Termo de Referência

Anexo II: Minuta da ata de Registro de Preço

Anexo III: Minuta de Contrato

Anexo IV: Modelo de Proposta de Preços

2. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1. O Registro de Preços será formalizado por intermédio da Ata de Registro de Preços, na forma do **Anexo II** e condições previstas neste Edital.

2.2. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de (01) um ano contado da data da sua assinatura, e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovada a vantajosidade do preço.

2.2.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida na forma prevista no art. [341 do Decreto Estadual nº. 11.363 de 22/11/2023](#).

3. DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES

3.1. Qualquer pessoa poderá apresentar pedido de esclarecimentos ou impugnação ao edital de licitação, por meio eletrônico, no e-mail: selic.protocolo@gmail.com, ou excepcionalmente ou por escrito e entregue sob protocolo da Secretaria Adjunta de Compras, Licitações e Contratos - SELIC, localizada na Estrada do Aviário, 927 – Bairro Aviário - Rio Branco/Acre - CEP 69900-830, de segunda à sexta feira, no horário de 7h às 14h, **em até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para a**

abertura da sessão pública.

3.2. O(A) Pregoeiro(a) responderá aos pedidos de esclarecimentos e às impugnações no prazo de até 05 (cinco) dias úteis contados da data de recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, podendo requisitar subsídios formais aos responsáveis pela fase preparatória.

3.3. A impugnação não possuirá efeito suspensivo, exceto em situações excepcionais devidamente motivadas pelo(a) Pregoeiro(a) nos autos do processo de licitação.

3.4. As respostas aos pedidos de esclarecimentos e às impugnações serão divulgadas por meio de notificações no sistema COMPRASGOV <http://www.gov.br/compras/pt-br> e no site <http://www.licitacao.ac.gov.br>, ficando todos os interessados obrigados a acessá-los para obtenção das informações prestadas pelo(a) Pregoeiro(a).

3.5. Acolhida a impugnação, será republicado o edital com as mesmas formalidades de sua publicação original e, conforme o caso, será definida nova data para a realização do certame, observando-se a regra do art. 145 do Decreto Estadual nº. 11.363 de 22/11/2023.

4. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

4.1. A participação na licitação importa total, irrestrita e irrevogável submissão dos proponentes às condições deste Edital.

4.2. Poderão participar deste PREGÃO ELETRÔNICO os interessados que:

4.2.1. Cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação.

4.2.2. Estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

4.2.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

4.2.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

4.2.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

4.3. **Não poderão concorrer direta ou indiretamente nesta licitação :**

4.3.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.3.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

4.3.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

4.3.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

4.3.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

4.3.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

4.3.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

4.3.8. tenham agente público integrante do órgão promotor e/ou do órgão solicitante da licitação, que participe da empresa na qualidade de sócio, dirigente ou responsável técnico, vedada também sua participação indireta;

4.3.8.1. A vedação de que trata o **item anterior** estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4.3.9. estejam sob falência, em recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação, **EXCETO quando autorizada judicialmente ou quando estiver com plano de recuperação aprovado e homologado.**

- 4.3.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- 4.3.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 4.3.12. Conste a inscrição da empresa no [Sistema Integrado de Registro do Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS e Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP](#). Sendo a inscrição impeditiva apenas nos casos em que o efeito da sanção apontada no referido cadastro representar óbice à participação em licitações e contratações no Estado do Acre.
- 4.4. O impedimento de que trata o **item 4.3.4** será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 4.5. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os **itens 4.3.2 e 4.3.3** poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- 4.6. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 4.7. O disposto nos itens **4.3.2 e 4.3.3** não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
- 4.8. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

5. DO CREDENCIAMENTO E DA REPRESENTAÇÃO

- 5.1. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Sistema Eletrônico, no site <http://www.gov.br/compras/pt-br/>.
- 5.2. O credenciamento do interessado e de seu representante junto ao sistema eletrônico de compras implicará a sua responsabilidade legal pelos atos praticados e presunção de capacidade para a realização das transações inerentes à licitação.
- 5.3. Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico de compras durante a sessão pública da licitação, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 5.4. Caberá ao licitante interessado em participar do processo licitatório na forma eletrônica observar o disposto no art. [148 do Decreto Estadual 11.363/2023](#).

6. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 6.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.
- 6.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, **conforme o critério de julgamento adotado neste Edital**, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 6.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.
- 6.4. **No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que :**
- 6.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório, conforme disposto no [art. 63 § 1º da Lei 14.133/2021](#).
- 6.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);
- 6.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);
- 6.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

- 6.5. O licitante organizado em cooperativa, **quando permitido a participação**, deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 6.6. **O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.**
- 6.6.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;
- 6.6.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
- 6.7. A falsidade da declaração de que trata os **itens 6.4 ou 6.6** sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.
- 6.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 6.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 6.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 6.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 6.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 6.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima, conforme estabelece o [artigo 19 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#)
- 6.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 6.12.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
- 6.12.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto, conforme estabelece a [Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022 \(art. 19, § 1º\)](#).
- 6.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do **item 6.11** possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 6.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 6.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

7. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 7.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 7.1.1. **Valor unitário e total ou percentual de desconto conforme critério estabelecido no preâmbulo deste edital**, e demais informações exigidas no próprio campo do sistema.
- 7.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 7.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 7.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 7.5. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Projeto Básico/Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em

quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

7.6. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações, quando participarem de licitações públicas.

7.7. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Projeto Básico/Termo de Referência.

7.8. A existência de elementos na proposta que permitam a identificação do licitante, antes da fase de lances, ensejarão a desclassificação da proposta inicial, conforme estabelece no [art. 151 § 4º do Decreto Estadual 11.363/2023](#).

8. DA SESSÃO PÚBLICA

8.1. A abertura da sessão pública deste Pregão, conduzida pelo(a) Pregoeiro(a), ocorrerá na data e na hora indicadas no preâmbulo deste edital, no sítio <http://www.gov.br/compras/pt-br/>.

8.2. Durante a sessão pública, a comunicação entre o(a) Pregoeiro(a) e as licitantes ocorrerá mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico (“chat”).

8.3. Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

8.4. O(A) Pregoeiro(a) poderá suspender a sessão pública do certame, justificando, no “chat”, os motivos da suspensão e informando, quando houver, a data e o horário previstos para a reabertura da sessão.

8.5. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

8.5.1. Na inversão de fases prevista no item anterior, serão observadas as seguintes disposições:

I - apresentação simultânea pelos licitantes dos documentos de habilitação e das propostas, exceto os relativos à regularidade fiscal;

II - análise dos documentos de habilitação de todos os licitantes;

III - divulgação do resultado da habilitação;

IV - disputa entre os licitantes habilitados;

V - exigência e análise dos documentos relativos à regularidade fiscal apenas do licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar;

VI - divulgação do resultado do julgamento; e

VII - previsão de duas etapas recursais, observando-se o disposto no [art. 241 do Decreto Estadual nº. 11.363 de 22/11/2023](#).

8.6. Qualquer interessado poderá acompanhar o seu desenvolvimento em tempo real, por meio da internet.

9. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS, FORMULAÇÃO DE LANCES E NEGOCIAÇÃO

9.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

9.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

9.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o(a) Pregoeiro(a) e os licitantes.

9.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

9.5. O lance deverá ser ofertado pelo **MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO POR ITEM**

9.6. O prazo mínimo de validade da proposta será de 90 dias a contar da sessão pública.

9.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

9.8. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema, observando-se, quando houver, o intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir o melhor lance.

9.9. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser conforme intervalo disposto no preâmbulo do edital.

- 9.10. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 9.11. Durante a fase de lances, o(a) Pregoeiro(a) poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor seja manifestamente inexequível.
- 9.12. Neste Pregão o **modo de disputa adotado é o "aberto"**, assim definido no [art. 155 do Decreto Estadual n.º 11.363, de 22 de novembro de 2023](#).
- 9.13. O envio de lances no pregão eletrônico o modo de **disputa "aberto"**, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 9.13.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 9.13.1.1. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 9.13.1.2. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 9.13.2. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o(a) pregoeiro(a), auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir, por uma única vez, o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 9.13.2.1. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances.
- 9.13.2.2. Os lances iguais serão classificados conforme a ordem de apresentação.
- 9.13.3. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de classificação.
- 9.14. Não serão registrados lances iguais na etapa de disputa aberta e prevalecerá o que for registrado primeiro.
- 9.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, **vedada a identificação do licitante**.
- 9.16. No caso de desconexão com o(a) Pregoeiro(a), no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 9.16.1. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o(a) Pregoeiro(a) persistir por tempo superior a 15 (quinze) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada após comunicação expressa no sistema, sempre que possível, no turno seguinte ou em outra data previamente comunicada aos participantes com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas.
- 9.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 9.18. Após apresentação da proposta e/ou lances não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo(a) Pregoeiro(a).
- 9.19. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática no sistema. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.
- 9.19.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 9.19.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 9.19.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 9.19.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 9.20. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, e art. 219 do Decreto Estadual nº 11.363/2023 nesta ordem:
- 9.20.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta de preço em ato contínuo à classificação;
- 9.20.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

- 9.20.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- 9.20.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 9.21. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- 9.21.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
- 9.21.2. empresas brasileiras;
- 9.21.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 9.21.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).
- 9.22. Esgotados todos os demais critérios de desempate previsto em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em sessão pública, para o qual todos os licitantes serão convocados.
- 9.23. O(A) Pregoeiro(a) poderá, durante a disputa, como medida excepcional, excluir a proposta ou o lance que possa comprometer, restringir ou frustrar o caráter competitivo do processo licitatório, mediante comunicação eletrônica no sistema.
- 9.23.1. Eventual exclusão de proposta do licitante na hipótese de que trata o item anterior implicará a retirada do licitante do certame.
- 9.24. Definido o resultado da disputa, o(a) Pregoeiro(a) poderá negociar o preço com o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar.
- 9.24.1. Ao licitante é assegurado o **prazo mínimo de 5 (cinco) minutos** para manifestação e/ou resposta, sob pena de desclassificação se extrapolar este limite de tempo, quando sua proposta estiver acima do estimado.
- 9.24.1.1. Caso o licitante manifeste o interesse em negociar, o(a) Pregoeiro(a) poderá conceder novo prazo para aceitação da contra proposta.
- 9.24.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo ou com o percentual abaixo do definido pela Administração.
- 9.24.3. A negociação será realizada, exclusivamente, por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 9.24.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
- 9.25. Antes da convocação para apresentar a proposta adequada ao último lance, o(a) Pregoeiro(a) verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- 9.25.1. Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF;
- 9.25.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria Geral da União (<https://portal.datransparencia.gov.br/sancoes/consulta?ordenarPor=nomeSancionado&direcao=asc>); e
- 9.25.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria Geral da União (<https://portal.datransparencia.gov.br/sancoes/consulta?ordenarPor=nomeSancionado&direcao=asc>).
- 9.25.3.1. O registro sanção da empresa no SICAF ou CEIS ou CNEP será impeditiva apenas nos casos em que o efeito da sanção apontada no referido cadastro representar óbice à participação em licitações e contratações no Estado do Acre.
- 9.26. O(A) Pregoeiro(a) solicitará o envio da proposta de preços conforme condições mínimas previstas no **Modelo de Proposta de Preços constante do Anexo IV deste edital, no prazo mínimo de 2 (duas) horas**, adequada ao valor final ofertado, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, **sob pena de desclassificação**.
- 9.27. O prazo de que trata o item anterior poderá ser prorrogado por igual período, antes do término do prazo originalmente previsto, mediante solicitação do licitante através do chat no sistema eletrônico ou através do e-mail: selic.protocolo@gmail.com, a critério do(a) Pregoeiro(a).
- 9.28. Para o envio dos documentos, o(a) Pregoeiro(a) fará uso da opção “**Convocar Anexo**”, selecionando na tela do Sistema, o fornecedor convocado. O Sistema encaminhará, via chat, mensagem de convocação disponibilizando-a a todos, inclusive para a sociedade. Nesse momento o fornecedor convocado poderá encaminhar arquivo anexo, por meio do link “Anexar”, disponível apenas para o fornecedor selecionado.
- 9.28.1. Confirmado o envio do anexo, o link “Anexar” do fornecedor passa a ter a função de “Consultar”. Na tela do(a) Pregoeiro(a), após a convocação, o Sistema informa na coluna “Anexo” o link “Convocado”, o qual, após o envio do anexo pelo fornecedor, passa a disponibilizar o link “Consultar”.

9.28.2. Diante da indisponibilidade momentânea do campo próprio do sistema eletrônico, o licitante, excepcionalmente, poderá remeter pelo e-mail selic.protocolo@gmail.com, dentro do prazo estabelecido.

9.29. Incumbirá o Licitante acompanhar as operações no Sistema Eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Sistema ou de sua desconexão.

9.30. Após a negociação do preço, o(a) Pregoeiro(a) iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

10. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DA ACEITABILIDADE

10.1. O julgamento das Propostas de Preços dar-se-á **conforme critério de julgamento estabelecido no preâmbulo deste edital**, observadas as especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho definidos no Edital e seus anexos.

10.2. O(A) Pregoeiro(a) realizará a verificação da conformidade da proposta provisoriamente classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto especificado e à compatibilidade do preço ou percentual de desconto, conforme critério de julgamento estabelecido no preâmbulo, em relação ao estimado pela contratação.

10.3. **O(A) Pregoeiro(a) poderá solicitar parecer do setor técnico do órgão demandante para orientar sua decisão.**

10.4. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

10.4.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

10.5. **Será desclassificada a proposta que:**

10.5.1. Não atender às especificações técnicas previstas neste edital e seus anexos;

10.5.2. Permanecer, após a etapa de negociação, com preço acima do orçamento estimado para a contratação ou com o percentual abaixo ao estimado para a contratação;

10.5.3. Apresentar desconformidade insanável com quaisquer outras exigências do edital;

10.5.4. Apresentar preço manifestamente inexequível.

10.5.4.1. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

10.5.5. Não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração.

10.6. Considera-se indícios de inexequibilidade da proposta:

10.6.1. em serviços de engenharia, valores inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração Pública; e

10.6.2. no caso de fornecimentos e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

10.7. O(A) Pregoeiro(a) por meio de diligência, deverá conferir ao licitante a oportunidade de demonstrar a exequibilidade de sua proposta.

10.7.1. A inexequibilidade, só ficará comprovada quando, cumulativamente:

10.7.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

10.7.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

10.8. Em sede de diligência, somente será possível a aceitação de novos documentos quando:

10.8.1. necessários para complementar informações acerca dos documentos já apresentados pelo licitante e que se refiram a fato já existente à época da abertura do certame;

10.8.2. destinados à atualização de documentos vencidos após a data de recebimento das propostas.

10.9. O(A) Pregoeiro(a), por meio de diligência, poderá encaminhar o processo para o órgão ou entidade demandante para que se manifeste a respeito da exequibilidade da proposta.

10.10. A análise de exequibilidade da proposta não considerará materiais e instalações a serem fornecidos pelo licitante em relação aos quais conste da proposta renúncia expressa à parcela ou à totalidade da remuneração.

10.11. Quando o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar for desclassificado, o(a) Pregoeiro(a) convocará os demais licitantes, na ordem de classificação, para negociação.

10.12. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas, empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o(a) Pregoeiro(a) passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual

ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

10.13. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o(a) Pregoeiro(a) verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

11. DA HABILITAÇÃO

11.1. A habilitação dos licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e qualificação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 26 de abril de 2018.

11.2. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante classificado em primeiro lugar.

11.3. As empresas licitantes deverão apresentar a seguinte documentação relativa à Habilitação Jurídica, à Regularidade Fiscal e Trabalhista, Qualificação Econômico-Financeira, Qualificação Técnica:

11.3.1. Habilitação Jurídica

- a) Contrato social ou instrumento equivalente.

11.3.2. Regularidade Fiscal e Trabalhista

- a) Prova de regularidade com a Fazenda Federal e Seguridade Social (Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União);
- b) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal, do domicílio ou sede do licitante, na forma da lei
- c) Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeitos Negativa da Dívida Ativa do Estado.
- d) Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei; e
- e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, relativos a débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.

11.3.3. Qualificação Econômico-Financeira

- a) Certidão negativa de falência, concordata, recuperação judicial ou Certidão Negativa de Ação Cível em que não conste ação de falência/recuperação judicial/concordata/extrajudicial expedida pelo cartório distribuidor da sede da pessoa jurídica, **EXCETO quando autorizada judicialmente ou quando estiver com plano de recuperação aprovado e homologado**
- b) Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações **contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais**, conforme estabelece o [Art. 69 da Lei 14.133/2021](#).
 - b.1) O último exercício social para o registro dos balanços nos órgãos competentes será aquele estabelecido no art. 1.078 do Código Civil Brasileiro, qual seja, 30 de abril do ano seguinte. Tal prazo, não se aplica as empresas que utilizam o Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, que será até o último dia útil do mês de maio do ano seguinte.
- c) O licitante deverá comprovar através seu balanço do último exercício social, que possui patrimônio líquido igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, na forma da lei, de acordo com o [§4º do art. 69 da Lei nº 14.133/2021](#).

11.3.4. Qualificação Técnica

- a) **Atestado de capacidade técnica**, expedido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem ter o licitante fornecido satisfatoriamente os bens ou serviços pertinentes e compatíveis com o objeto desta licitação. Podendo ser exigido da proposta melhor classificada, em diligência, que apresente cópia autenticada do contrato da prestação do serviço ou da nota fiscal, que deram origem ao Atestado.
- b) **E demais exigências solicitadas no ITEM 16.4 do Termo de Referência - Anexo I, do edital.**

11.4. A verificação pelo(a) Pregoeiro(a), em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

11.5. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf e documentos complementares (quando for o acaso) serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo mínimo de **2 (duas) horas**, contado da solicitação do(a) Pregoeiro(a), **sob pena de inabilitação**.

11.5.1. O prazo de que trata o item anterior poderá ser prorrogado por igual período, antes do término do prazo originalmente previsto, mediante solicitação do licitante através do chat no sistema eletrônico ou através do e-mail: selic.protocolo@gmail.com, a critério do(a) Pregoeiro(a).

11.5.2. Para tanto, o(a) Pregoeiro(a) fará uso da opção “**Convocar Anexo**”, selecionando na tela do Sistema, o

fornecedor convocado. O Sistema encaminhará, via chat, mensagem de convocação disponibilizando-a a todos, inclusive para a sociedade. Nesse momento o fornecedor convocado poderá encaminhar arquivo anexo, por meio do link “Anexar”, disponível apenas para o fornecedor selecionado.

11.5.3. Confirmado o envio do anexo, o link “Anexar” do fornecedor passa a ter a função de “Consultar”. Na tela do(a) Pregoeiro(a), após a convocação, o Sistema informa na coluna “Anexo” o link “Convocado”, o qual, após o envio do anexo pelo fornecedor, passa a disponibilizar o link “Consultar”.

11.5.4. Diante da indisponibilidade momentânea do campo próprio do sistema eletrônico, o licitante, excepcionalmente, poderá remeter pelo e-mail selic.protocolo@gmail.com, dentro do prazo estabelecido.

11.6. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no Sistema Eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Sistema ou de sua desconexão.

11.7. Se o prazo de validade das certidões não estiver expresso, será considerado o prazo de 90 (noventa) dias consecutivos, excluindo-se nesta contagem o dia da emissão/expedição (o primeiro dia na contagem do prazo é o seguinte à sua emissão).

11.8. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das MEs e das EPPs será exigida nos termos do disposto no Decreto Federal nº 8.538, de 6 de outubro de 2015, ou de outro que vier a substituí-lo.

11.9. Na hipótese de haver alguma restrição relativa à regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado **prazo de cinco dias úteis, prorrogável por igual período**, para a regularização da documentação, sob pena de inabilitação.

11.10. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras na licitação, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados com tradução livre.

11.10.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser estrangeiro, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou de aceitação ou retirada de instrumento equivalente, os documentos de que trata o item acima serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto Federal nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que vier a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

11.11. **O(A) Pregoeiro(a) poderá solicitar parecer do setor técnico do órgão demandante para orientar sua decisão.**

11.12. A documentação de habilitação poderá ser apresentada em versão original ou por cópia simples, por meio do sistema eletrônico.

11.13. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

11.14. Na hipótese de o licitante não atender às exigências de habilitação, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital de licitação.

11.15. Constatado o atendimento às exigências estabelecidas no edital, o(a) Pregoeiro(a) declarará o(s) licitante(s) habilitado(s) e vencedor(es) do(s) respectivo(s) item(ns) ou lote(s) do certame.

11.16. A indicação do vencedor, e demais informações relativas à sessão pública do Pregão constarão de ata divulgada no Sistema eletrônico, sem prejuízo das demais formas de publicidade prevista na legislação pertinente.

12. DO SANEAMENTO DA PROPOSTA E DA HABILITAÇÃO

12.1. Durante as fases de julgamento e de habilitação, o(a) Pregoeiro(a), mediante decisão fundamentada, poderá realizar diligências para sanear erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e a validade jurídica dos documentos de habilitação.

12.1.1. A diligência deverá ser registrada em ata acessível aos licitantes.

12.2. Será vedada a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

- I - complementação de informações ou esclarecimentos adicionais acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes;
- II - atualização de documentos cuja validade tenha expirado; e
- III - comprovação de situação fática preexistente à época da abertura do certame.

12.3. Para os fins do disposto no inciso III do item acima, será admitida a juntada de certidão ou atestado não anexados à documentação originalmente apresentada, desde que tenham data anterior à abertura do certame ou se refiram inequivocamente à condição adquirida pelo licitante antes da abertura do certame.

12.4. Na falta de documentos de habilitação que consistam em mera declaração do licitante sobre fato preexistente ou em simples compromisso por ele firmado, poderá ser concedido prazo para saneamento da falha.

12.5. A realização de diligências não conferirá ao licitante novo prazo ou oportunidade de obter condição ou requisito que antes não detinha, nem autorizará o(a) Pregoeiro(a) a fazer exigências novas não previstas no edital.

12.6. Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares à proposta e à habilitação, os documentos deverão ser apresentados em formato digital, no prazo mínimo de **02 (duas) horas**, a contar da solicitação do(a) Pregoeiro(a).

12.6.1. O prazo de que trata o item anterior poderá ser prorrogado por igual período, antes do término do prazo originalmente previsto, mediante solicitação do licitante através do chat no sistema eletrônico ou através do e-mail: selic.protocolo@gmail.com, a critério do(a) Pregoeiro(a).

12.7. Sendo necessária a suspensão da sessão pública para a realização de diligências, o reinício se dará mediante aviso prévio no sistema eletrônico, com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

12.8. Quando todos os licitantes forem desclassificados ou inabilitados, a Administração Pública poderá fixar o prazo de até 08 (oito) dias úteis para a apresentação de novas propostas escoimadas das causas de desclassificação ou inabilitação.

13. DOS RECURSOS

13.1. Do julgamento das propostas e da decisão de habilitação ou inabilitação, qualquer licitante poderá, de forma imediata e motivada, explicitando sucintamente suas razões, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, **em campo próprio do sistema eletrônico, no prazo não inferior a 20 (vinte) minutos**, manifestar sua intenção de recorrer, **sob pena de preclusão**.

13.1.1. O prazo para manifestação concedida no subitem anterior será de no mínimo 10 (dez) minutos por fase (proposta e habilitação).

13.2. A apresentação das razões recursais deverá ser feita no prazo de **03 (três) dias úteis contados do dia útil subsequente, inclusive, à data de manifestação da intenção de recorrer**, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para apresentar contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do dia útil subsequente, inclusive, ao término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata das razões.

13.3. A apreciação se dará em fase única; e

13.4. Os efeitos do ato ou da decisão recorrida ficarão suspensos até a decisão final da autoridade competente.

13.5. Quando houver a inversão de fases de que trata o art. 141 do Decreto Estadual nº. 11.363 de 22/11/2023, a fase recursal ocorrerá em duas etapas, observando-se as seguintes disposições específicas, sem prejuízo das regras gerais previstas no caput:

13.5.1. intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente após a fase de habilitação e após a fase de julgamento, conforme o caso; e

13.5.2. a apreciação dar-se-á em duas fases, após a fase de habilitação e após a fase de julgamento, a partir da declaração do licitante vencedor, conforme o caso.

13.6. O recurso será dirigido ao(a) Pregoeiro(a), que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 03 (três) dias úteis, encaminhará o recurso, com a sua motivação, à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis contados do recebimento do processo.

13.7. A decisão do recurso deverá ser divulgada no sistema eletrônico.

13.8. O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.

13.9. Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

14. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

14.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e esgotados os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior do órgão ou entidade demandante, que poderá:

14.1.1. determinar o retorno do processo para saneamento de eventuais irregularidades;

14.1.2. revogar a licitação por motivo superveniente de conveniência e oportunidade;

14.1.3. anular a licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que verificada ilegalidade insanável; e

14.1.4. adjudicar o objeto, no caso de recurso sem o juízo de retratação, e homologar a licitação.

15. DA FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO E DO CADASTRO DE RESERVA

15.1. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para a formalização da ata de registro de preços:

15.1.1. Serão registrados na ata de registro de preços os preços e os quantitativos do adjudicatário, observando-se o disposto no inciso V do caput do art. 319 do Decreto Estadual nº. 11.363 de 22/11/2023.

15.1.2. Será incluído na ata de registro de preços, na forma de anexo, o registro:

- a) dos licitantes ou dos fornecedores que aceitarem cotar os bens, obras ou serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observando-se a classificação na licitação; e
- b) dos licitantes ou fornecedores que mantiverem sua proposta original.

15.1.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata de registro de preços.

15.2. O registro de que trata o item 15.1.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva, para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata de registro de preços.

15.3. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores de que trata a alínea “a” do item 15.1.2, antecederão aqueles de que trata a alínea “b” do referido item.

15.4. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva de que tratam o item 15.1.2 e o item 15.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

15.4.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

15.4.2. Quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 331 e art. 332 do Decreto Estadual nº. 11.363 de 22/11/2023.

15.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

15.6. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

15.6.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

15.6.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições oferecidas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

16. DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃOS OU ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES

16.1. Poderá utilizar-se da Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, inclusive empresas estatais que não figurem no rol de órgãos e entidades participantes, mediante anuência expressa do órgão ou entidade gerenciadora e da detentora, atendidos os limites do art. 336 e as demais condições previstas no Decreto Estadual nº. 11.363 de 22/11/2023.

17. DA PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIO

17.1. Não será permitido participação de empresas sob a forma de consórcio, conforme está disposto no Termo de Referência - Anexo I do Edital.

18. DA PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS

18.1. Não se aplica.

19. DA SUBCONTRATAÇÃO

19.1. Não será permitido a subcontratação, conforme está disposto no Termo de Referência - Anexo I do Edital.

20. DOS PRAZOS E CONDIÇÕES PARA A ENTREGA DO OBJETO

20.1. Será conforme disposto no Anexo I deste Edital.

21. DAS FORMAS, CONDIÇÕES, PRAZOS DE PAGAMENTO, E CRITÉRIO DE REAJUSTAMENTO DO PREÇO

21.1. Será conforme disposto no Anexo I deste Edital.

22. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

22.1. Haverá garantia de execução contratual, conforme disposto no Anexo I deste Edital

23. DO TERMO DE CONTRATO

23.1. Será conforme disposto no Anexo I deste Edital.

24. DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO

24.1. Será conforme disposto no Anexo I e Anexo III deste Edital.

25. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

25.1. Será conforme os termos constantes do Anexo I deste Edital.

26. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

26.1. As licitantes estarão sujeitas às sanções administrativas previstas nos [arts. 155 à 163 da Lei n.º 14.133/2021](#), e às demais cominações legais, resguardado o direito ao contraditório e à ampla defesa.

26.2. Na hipótese de abertura de processo administrativo destinado à apuração de fatos e, se for o caso, aplicação de sanções à licitante, em decorrência de conduta vedada neste Pregão, as comunicações à licitante serão efetuadas através do endereço eletrônico (e-mail) indicado em sua proposta.

26.3. Sem prejuízo das sanções previstas neste edital e seus anexos, os atos lesivos à Administração Pública previstos no inciso IV, do art. 5º, da Lei nº 12.846/2013, sujeitarão os infratores às penalidades previstas na referida lei.

27. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

27.1. As normas que disciplinam este procedimento serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

27.2. Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei nº 14.133/21, com suas posteriores alterações e legislação correlata.

27.3. A realização da licitação não implica necessariamente a contratação total ou parcial do montante previsto, porquanto estimado, podendo o órgão demandante, inclusive, revogá-la, total ou parcialmente, por fatos supervenientes, de interesse público, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante manifestação escrita e fundamentada, assegurado o contraditório e a ampla defesa, conforme dispõe o [art. 71 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021](#).

27.4. A autoridade superior do órgão ou entidade demandante poderá revogar o processo licitatório por motivo de conveniência e oportunidade, e deverá anular o processo licitatório por ilegalidade insanável, por meio de ato escrito e fundamentado, conforme estabelece no [Art. 250 do Decreto Estadual nº. 11.363 de 22/11/2023](#).

27.5. Os licitantes não terão direito à indenização em decorrência da revogação ou da anulação do processo licitatório, conforme dispõe o [Art. 250 do Decreto Estadual nº. 11.363 de 22/11/2023](#).

27.6. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação do objeto pelo órgão demandante.

27.7. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a abertura do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local estabelecidos no preâmbulo deste Edital, desde que não haja comunicação do(a) Pregoeiro(a) em contrário.

27.8. Todas as referências de tempo estabelecidas no edital, nos avisos e durante a sessão pública observarão, para todos os efeitos, o horário de Brasília - Distrito Federal, inclusive para contagem de tempo e registro no sistema de compras adotado pelo Poder Executivo do Estado do Acre e na documentação relativa ao certame.

27.9. Eventuais modificações no edital de licitação implicarão nova divulgação na mesma forma de sua divulgação inicial, além do cumprimento dos mesmos prazos dos atos e procedimentos originais, exceto se, inquestionavelmente, a alteração não comprometer a formulação das propostas, resguardado o tratamento isonômico aos licitantes.

27.10. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

27.11. Será facultado ao(a) Pregoeiro(a), em qualquer fase da licitação, desde que não seja alterada a substância da proposta, adotar medidas de saneamento destinadas a esclarecer informações, corrigir impropriedades na documentação de habilitação, da proposta, ou complementar a instrução do processo.

27.12. As Licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações, declarações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

27.13. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento da Licitante, desde que sejam possíveis a aferição da sua qualificação, conforme dispõe o [art. 12 da Lei Federal nº 14.133/2021](#).

27.14. Os prazos previstos nesta Lei serão contados com exclusão do dia do começo e inclusão do dia do vencimento e observarão as disposições previstas no [art. 183 da Lei Federal nº 14.133/2021](#).

27.15. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e nos sítios <http://www.gov.br/compras/pt-br/>, <http://www.licitacao.ac.gov.br>, e ainda no Portal de Licitações do Tribunal de Contas do Estado do Acre - LICON.

27.16. O resultado desta licitação poderá ser consultado nos sítios <http://www.gov.br/compras/pt-br/> e/ou <http://www.licitacao.ac.gov.br>.

27.17. Quaisquer informações complementares sobre o presente Edital e seus Anexos poderão ser obtidas pelo telefone (68) 3215-4600 ou através de e-mail selic.protocolo@gmail.com.

27.18. O Foro para dirimir os possíveis litígios que decorrerem do presente procedimento licitatório será o do foro da

Elaborado por:

Renato da Rocha Silva
Divisão de Conformidade e Elaboração de Editais - DIVCON



Documento assinado eletronicamente por **RENATO DA ROCHA SILVA**, Cargo **Comissionado**, em 30/03/2026, às 08:28, conforme horário oficial do Acre, com fundamento no art. 11, § 3º, da [Instrução Normativa Conjunta SGA/CGE nº 001, de 22 de fevereiro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.sei.ac.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **0020098530** e o código CRC **CDAAC520**.

ANEXO I DO EDITAL - TERMO DE REFERÊNCIA

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 72/2026/DETRAN - DLIC

Processo nº 0068.008553.00022/2026-42

1. OBJETO

1.1. Contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviços de implantação e operacionalização de sistema informatizado de abastecimento e administração de despesas com combustíveis em postos credenciados, mediante uso de cartão eletrônico ou magnético, com fornecimento contínuo e ininterrupto de combustíveis para a frota pertencentes ou sob responsabilidade do Departamento Estadual de Trânsito - Acre, inclusive o serviço de recolhimentos com retenção dos encargos e tributos de obrigação da contratada em nome desta Autarquia por cada posto credenciado, a fim de atender as necessidades do Departamento Estadual de Trânsito - Acre.

1.2. A análise estimada do quantitativo da contratação para o atendimento das necessidades, tem como parâmetro as necessidades levantadas por cada setor, bem como demandas do Departamento Estadual de Trânsito - Acre, não atendidas anteriormente, e ainda o histórico de consumo do Contrato nº 025/2021, ainda vigente, chegou-se a quantidade abaixo:

ITEM	ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS	UNIDADE	VALOR MÉDIO TOTAL DA QUANTIDADE DE CONSUMO ESTIMADA (R\$)	ESTIMATIVA PERCENTUAL DE DESCONTO
1	Prestação de serviço de implantação e operacionalização de sistema informatizado de abastecimento e administração de despesas com combustíveis em postos credenciados, mediante uso de cartão eletrônico ou magnético, com fornecimento contínuo e ininterrupto de combustíveis para frota pertencentes ou sob responsabilidade do Departamento Estadual de Trânsito - Acre, inclusive o serviço de recolhimentos com retenção dos encargos e tributos de obrigação da contratada em nome do Departamento Estadual de Trânsito - Acre por cada posto credenciado.	Serviço	R\$ 962.880,00	2,84%
VALOR TOTAL (R\$) 962.880,00 (novecentos e sessenta e dois mil, oitocentos e oitenta reais).				

1.3. O DETRAN/AC não estará obrigado a consumir/contratar os quantitativos dispostos no item 1, devendo adquirir os serviços de acordo com a sua necessidade.

2. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

2.1. A referida solicitação justifica-se pela necessidade de contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviços de implantação e operacionalização de sistema informatizado de abastecimento e administração de despesas com combustíveis em postos credenciados, mediante uso de cartão eletrônico ou magnético, com fornecimento contínuo e ininterrupto de combustíveis para a frota pertencentes ou sob responsabilidade do Departamento Estadual de Trânsito - Acre, inclusive o serviço de recolhimentos com retenção dos encargos e tributos de obrigação da contratada em nome desta Secretaria por cada posto credenciado, a fim de atender as necessidades do Departamento Estadual de Trânsito - Acre.

2.2. Visando ao cumprimento das atividades finalísticas atribuídas do Departamento Estadual de Trânsito - Acre, identificou-se a necessidade de modificação do meio de gestão e do controle do fornecimento de combustíveis para atender às operações da frota das unidades, administrativas e operacionais, da Sede do DETRAN/AC, seus Departamentos e Divisões, bem como das CIRETRANS localizados nos municípios do Estado do Acre.

2.3. Oportuno informar que o Contrato nº 025/2021, anteriormente firmado com outra empresa, encontra-se encerrado, não sendo possível sua continuidade além dos limites legais estabelecidos na Lei nº 14.133/2021. Dessa forma, torna-se necessária a realização de novo procedimento licitatório, a fim de evitar a descontinuidade do abastecimento e prejuízos às atividades institucionais.

2.4. Portanto, a implementação de um sistema de intermediação, administração e gerenciamento do fornecimento de combustíveis por meio de cartões magnéticos ou equipamentos micro processados surge como uma solução abrangente, e, no caso em tela, como forma de prevenir a interrupção dos abastecimentos, em decorrência de iminente rescisão contratual por força

de aplicação de sanção.

2.5. Com a contratação pretendida busca-se um controle mais rigoroso e transparente dos consumos, além de promover a agilidade nos processos de abastecimento dos veículos do DETRAN/AC. Além disso, a contratação de uma empresa especializada para intermediar, administrar e gerenciar este processo contribui para o aumento da eficiência, redução de custos e maior controle dos gastos públicos, estando em consonância com os princípios de economicidade, e ciência e eficácia. Desta forma, visa-se assegurar a adequada gestão dos recursos, garantindo a disponibilidade de combustível de forma contínua e eficiente, essencial para a manutenção dos serviços prestados às diversas áreas do Estado do Acre por meio das atividades do Departamento Estadual de Trânsito - Acre.

2.6. Nesse quadro, o objeto da contratação possui natureza essencial para a continuidade das atividades administrativas e operacionais do DETRAN/AC, de modo que sua interrupção poderá afetar a execução das políticas públicas estabelecidas no âmbito do Departamento, tendo em vista a importância do atendimento da demanda por combustíveis que serão utilizados na execução dos programas governamentais coordenados pelo DETRAN/AC.

2.7. Dessa forma, os quantitativos estão de acordo com o levantamento dos últimos meses de consumo, com acréscimo de uma reserva de segurança a qual deixa a Administração precavida das oscilações de preço apresentada no último ano.

2.8. Diante do exposto, a contratação tem sua importância técnica-operacional para o desenvolvimento hábil das atividades desempenhadas pelo Departamento Estadual de Trânsito - Acre, uma vez que estes foram definidos de forma a atender precisamente as necessidades identificadas, dotados de requisitos mínimos para a satisfação da expectativa da contratação, não sendo desarrazoados ou de luxo. Assim, firma-se a imprescindibilidade da contratação para o atendimento do interesse público.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.0.1. A solução proposta é a contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviços de implantação e operacionalização de sistema informatizado de abastecimento e administração de despesas com combustíveis em postos credenciados, mediante uso de cartão eletrônico ou magnético, com fornecimento contínuo e ininterrupto de combustíveis para a frota pertencentes ou sob responsabilidade do Departamento Estadual de Trânsito - Acre, inclusive o serviço de recolhimentos com retenção dos encargos e tributos de obrigação da contratada em nome deste Departamento por cada posto credenciado, a fim de atender as necessidades do Departamento Estadual de Trânsito - Acre.

3.0.2. Assim, a Administração transfere à empresa especializada, vencedora da licitação, o gerenciamento informatizado do fornecimento de combustíveis para abastecimento de sua frota, por meio de rede credenciada de postos de abastecimento localizados em âmbito estadual, regional ou nacional.

3.0.3. Na prática, o agente público autorizado efetua o abastecimento de veículo em qualquer dos postos credenciados pela empresa gerenciadora, por meio da utilização de um cartão magnético, obrigando-se esta última a apresentar relatórios de gastos (consumo), preços praticados, identificação do usuário e dos postos de combustíveis fornecedores.

3.0.4. O gerenciamento e controle de todas as operações efetuadas serão mais eficazes por meio de rede credenciada, garantindo maior transparência. O sistema também proporciona ao gestor do contrato melhor agilidade nas cotações junto às empresas da rede credenciada. O sistema propiciará também o completo gerenciamento da situação de cada veículo quanto ao seu consumo. A cobertura da rede de abastecimento deve garantir a disponibilidade e ampla cobertura de atendimento, sem que seja necessária utilização de outros meios para suprir as necessidades durante seus deslocamentos.

3.0.5. O contrato de gerenciamento, cuja natureza é a de prestação de serviços, permite que sua duração ultrapasse o exercício financeiro, podendo atingir o limite de 120 (cento e vinte) meses, desde que comprovada a vantagem econômica das possíveis prorrogações. A proposição de contratar uma empresa que ofereça o serviço de gerenciamento de abastecimento de combustíveis em que a empresa contratada possui uma rede credenciada de postos para efetuar o abastecimento tem amparo legal em vista ao Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, visto que a referida atividade tem caráter acessório ao funcionamento do órgão.

3.0.6. Considerando o disposto na Instrução Normativa MPDG nº 05/2017 - Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, que dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da administração pública federal; a Portaria MEC 1.487 de 27 de novembro de 2014; a Portaria-R IF Sudeste MG nº 131/2016, de 18 de fevereiro de 2016, que aprova e define os serviços que são considerados de natureza continuada, cuja interrupção possa comprometer as atividades da Administração, estabelecendo em seu Art. 1º o gerenciamento de combustíveis no rol desses serviços.

3.0.7. Portanto, o objeto dessa contratação trata-se de um serviço essencial, executado de maneira contínua e que poderá ter sua prestação de serviços prorrogada por até 120 meses, com vistas à obtenção de preços mais vantajosos para Administração, observados os prazos legais.

3.0.8. A solução indicada tem sua importância técnica-operacional para o desenvolvimento hábil das atividades desempenhadas pelo Departamento Estadual de Trânsito - Acre, uma vez que estes foram definidos de forma a atender precisamente as necessidades identificadas, dotados de requisitos mínimos para a satisfação da expectativa da contratação, não sendo desarrazoados ou de luxo. Assim, firma-se a imprescindibilidade da contratação para o atendimento do interesse público.

4. JUSTIFICATIVA PARA O NÃO PARCELAMENTO DA CONTRATAÇÃO

4.1. A contratação deve ser realizada por item único, contendo todos os tipos de combustíveis. O fracionamento em itens é a regra geral das contratações públicas sempre que assim for tecnicamente viável e economicamente vantajoso, a fim de se

aumentar a competitividade pela ampla participação de licitantes.

4.2. Todavia, no presente caso, os itens de materiais a serem contratados estão submetidos a um serviço de gerenciamento.

4.3. Ainda que seja tecnicamente possível estabelecer para cada item/tipo de combustível um serviço de gerenciamento específico, podendo-se, pois, fracionar os itens, essa medida mostra-se desvantajosa já que poderia gerar diversos contratos para serviços de mesma natureza, aumentando os custos administrativos de gestão e fiscalização contratual.

4.4. Considerando também o quantitativo estimado da demanda, o fracionamento pode causar desinteresse dos potenciais interessados em razão do baixo volume de negócios, ocasionando a frustração do processo de seleção do fornecedor e, conseqüentemente, não atendendo a necessidade institucional.

4.5. Portanto, sugere-se, quando da elaboração do Termo de Referência e do Edital que seja adotada a contratação de item único, na modalidade maior desconto sobre o valor estimado.

5. DA NATUREZA DA CONTRATAÇÃO

5.1. O objeto dessa licitação, contrato de gerenciamento, enquadra-se na categoria de serviços comuns, de natureza continuada, visto que atende a uma necessidade permanente deste DETRAN/AC, em vista de constituir um serviço que possibilita o cumprimento da função institucional da Administração e a prestação de serviço não se exaure em um período determinado, sua vigência ultrapassa um exercício financeiro.

5.2. Deste modo, os serviços apresentam consonância com o art. 15 da IN MPOG n. 05/2017 - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, nos termos: “Art. 15. Os serviços prestados de forma contínua são aqueles que, pela sua essencialidade, visam atender à necessidade pública de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro, assegurando a integridade do patrimônio público ou o funcionamento das atividades finalísticas do órgão ou entidade, de modo que sua interrupção possa comprometer a prestação de um serviço público ou o cumprimento da missão institucional.”.

6. DAS ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

6.1. O preço estimado da contratação foi obtido por meio do Sistema de Pesquisa de Preços do Portal de Compras Governamentais, este sistema é inovação trazida com o objetivo de substituir o Paine de Preços. Sendo assim, os preços obtidos na pesquisa referem-se a resultados de contratações públicas, atendendo, portanto, aos ditames da IN SEGES/ME nº 65/2021.

6.2. O levantamento dos quantitativos de fornecimento pela empresa contratada se justifica pela perspectiva de necessidades levantadas por cada setor, bem como demandas do Departamento Estadual de Trânsito - Acre não atendidas anteriormente, e, ainda, o histórico de consumo do Contrato nº 025/2021, ainda vigente, dependendo de variáveis não controláveis, podendo ocorrer mudanças a qualquer tempo desde que consideradas relevantes, portanto a estimativa é passível de alterações.

6.3. O valor estimado para consumo foi de **R\$ 962.880,00 (novecentos e sessenta e dois mil, oitocentos e oitenta reais)**, de acordo com a estimativa preliminar do preço feita com base no levantamento de mercado, com cotação de preços junto as empresas, para alcançar uma média mais consistente dos valores de referência.

7. DA REFERÊNCIA AO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR E NO PLANO DE CONTRATAÇÃO ANUAL

7.1. A Fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, anexo ao processo administrativo.

7.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual, conforme consta das informações básicas desse Termo de Referência.

8. DA LEGISLAÇÃO, DAS NORMAS E DOS REGULAMENTOS

8.1. A licitante será responsável pela observância das leis, decretos, regulamentos, portarias e normas estaduais, direta e indiretamente aplicáveis ao objeto do Contrato.

8.1.1. O presente certame fundamenta-se:

- a) na Lei Federal nº 14.133/2021;
- b) na Lei Federal nº 10.406/2002;
- c) na Lei Federal nº 8.078/1990;
- d) no Decreto Estadual nº 11.363/2023;
- e) no Decreto Estadual nº 7.477/2014;
- f) no Decreto Estadual nº 5.965/2010; e
- g) nos demais normativos legais atinentes ao tema.

8.1.2. A execução da futura contratação, bem como os casos nele omissos, serão regulados pelas cláusulas contratuais e pelos preceitos de direito público, aplicando-lhes, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e das disposições do direito privado, na forma do art. 89 da Lei nº 14.133/2021, combinado com o inciso III do art. 92 do mesmo diploma legal.

8.1.3. Os serviços a serem executados e os materiais e equipamentos empregados na execução do objeto contratual

deverão obedecer às prescrições e recomendações dos fabricantes relativamente ao emprego, uso, instalação de *softwares* e no caso de uso das máquinas de cartão.

9. DA MODALIDADE

9.1. A presente contratação será realizada na modalidade **Pregão Eletrônico, pelo Sistema de Registro de Preços (SRP)**, nos termos dos arts. 6º, inciso XLI, 28, inciso I, 29 e 82 da Lei nº 14.133/2021.

9.2. Justifica-se a adoção do Pregão na forma eletrônica por se tratar de contratação de serviços comuns, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no Termo de Referência, mediante especificações usuais de mercado, especialmente no que se refere à operacionalização de sistema informatizado de gerenciamento de abastecimento e à administração de rede credenciada de postos.

10. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

10.1. O critério de julgamento no presente certame será o **maior percentual de desconto**;

10.2. O percentual médio identificado **2,84% (dois vírgula oitenta e quatro por cento)** foi utilizado como parâmetro referencial de mercado, não constituindo limite obrigatório para fins de participação no certame, servindo como base para análise de exequibilidade das propostas;

10.3. A proposta no lance final será fixa, não poderá ser majorada e será aplicada, sobre o montante da despesa realizada referente ao serviço objeto desta licitação, devendo estar incluídas as despesas com treinamento, pessoal, tributos, instalação do sistema, manutenção de equipamentos e softwares, cartões, assistência técnica e demais encargos necessários à execução do serviço.

10.4. A escolha do critério de maior percentual de desconto justifica-se pelo fato de que o objeto envolve a administração de despesas com combustíveis, cujos preços são variáveis e definidos pelo mercado.

MODO DE DISPUTA

10.4.1. O modo de disputa adotado será o **Aberto**, nos termos do art. 56 da Lei nº 14.133/2021.

10.4.2. O modo aberto assegura maior transparência, dinamismo e competitividade ao certame, sendo adequado para objetos padronizados e amplamente ofertados no mercado, como é o caso dos serviços de gerenciamento informatizado de abastecimento.

11. JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DO SRP

11.1. A adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP), nos termos do art. 82 da Lei nº 14.133/2021, justifica-se em razão das características do objeto, que envolve a prestação contínua de serviços de implantação e operacionalização de sistema informatizado de gerenciamento de abastecimento, com fornecimento de combustíveis de forma parcelada, conforme a demanda da frota pertencente ou sob responsabilidade do Departamento Estadual de Trânsito – Acre.

11.2. **Além disso, o SRP permite:**

11.2.1. Contratação futura de acordo com a necessidade da Administração;

11.2.2. Melhor gestão orçamentária, evitando empenho integral de recursos sem a correspondente execução imediata;

11.2.3. Maior eficiência administrativa, com padronização da contratação e redução de custos operacionais.

11.3. Dessa forma, o uso do Sistema de Registro de Preços revela-se medida adequada, eficiente e alinhada aos princípios do planejamento, economicidade e eficiência previstos na Lei nº 14.133/2021.

12. DA VEDAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS SOB A FORMA DE CONSÓRCIO

12.1. Nos termos do art. 15 da Lei nº 14.133/2021, fica vedada a participação de empresas sob a forma de consórcio na presente licitação.

12.2. A vedação justifica-se em razão de o objeto consistir na implantação e operacionalização de sistema informatizado de gerenciamento de abastecimento com rede credenciada de postos, serviço amplamente ofertado no mercado por empresas especializadas que atuam individualmente, não demandando a conjugação de capacidades técnicas ou econômico-financeiras de múltiplas empresas para sua adequada execução. **Assim, ao sopesar as peculiaridades do objeto a que se pretende contratar e a comprovação histórica de que empresas participantes isoladamente conseguem garantir a competitividade do certame e a fiel execução do objeto, a proibição de consórcio na licitação deve ser entendida como segurança ao interesse público.**

13. DA EXCLUSIVIDADE PREVISTA PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006

13.1. Nos termos dos arts. 4º e 11 da Lei nº 14.133/2021, c/c arts. 47 e 48 da Lei Complementar nº 123/2006, **não será aplicada a exclusividade de participação para microempresas e empresas de pequeno porte** no presente certame.

13.2. A não aplicação da exclusividade justifica-se pelo fato de o valor estimado da contratação superar o limite estabelecido no art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006 para realização de licitação exclusiva.

14. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. As despesas decorrentes da contratação correrão à conta dos recursos consignados abaixo:

- 14.1.1. **Órgão:** Departamento Estadual de Trânsito - Acre;
- 14.1.2. **Programas de Trabalho:** 21.24.00.00 - Manutenção das Atividades Administrativas; 21.21.00.00- Educação de Trânsito; 21.22.00.00 - Engenharia de Trânsito e 21.23.00.00 - Fiscalização de Trânsito;
- 14.1.3. **Elementos de despesa:** 33.90.39.00 - Outros Serviços de Terceira Pessoa Jurídica;
- 14.1.4. **Fonte de Recurso:** 17520700 (Recursos Provenientes da Arrecadação de Multas de Trânsito).

15. DAS CONDIÇÕES DA PROPOSTA

- 15.1. A proposta apresentada deverá observar as condições estabelecidas neste Termo de Referência, atendendo aos seguintes requisitos:
- 15.2. A proposta deverá ser preenchida com as informações mínimas exigidas para devida identificação da licitante, quais sejam: **Razão social, CNPJ, endereço, e-mail, número para contato e identificação do representante legal.**
- 15.3. A proposta deverá ser apresentada de forma clara, objetiva e sem rasuras, contemplando a descrição exata do objeto, conforme tabela contida na cláusula primeira desse TR.
- 15.4. A validade da proposta será de 90 (noventa) dias.
- 15.5. As propostas serão classificadas de acordo com os descontos apresentados.
- 15.6. Para efeito da composição final do maior percentual de desconto, a ser apresentada na proposta comercial, os licitantes deverão considerar o valor médio total da quantidade de consumo total de combustível estimada.
- 15.7. Para a obtenção do valor total estimado da futura contratação, considera-se o valor médio total da quantidade de consumo total de combustível estimada, em torno do qual se aplica o percentual de desconto.
- 15.8. Para aferição da proposta mais vantajosa deverá ser levada em consideração aquela que apresentar o maior percentual de desconto sobre o valor médio total da quantidade de consumo total de combustível estimada.
- 15.9. Será considerada mais vantajosa para a Administração e, conseqüentemente, classificada em primeiro lugar, a proposta que, satisfazendo a todas as exigências e condições deste Termo de Referência e do Edital, apresentar o maior percentual de desconto, com somente duas casas decimais após a vírgula para o item objeto deste processo licitatório.
- 15.10. A apresentação da proposta implicará na plena aceitação das condições estabelecidas neste Termo de Referência e posteriores instrumentos, não sendo admitidas propostas parciais, condicionadas ou com valores manifestamente inexequíveis.
- 15.11. Administração poderá, a qualquer tempo, solicitar esclarecimentos sobre a proposta apresentada, desde que não implique alteração do valor ou das condições originalmente ofertadas.
- 15.12. A critério da autoridade competente, não será exigida a apresentação de amostras.

16. DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

- 16.1. Para a habilitação dos licitantes será exigida a documentação relativa:
- a) à qualificação econômico-financeira;
 - b) à qualificação técnica; e
 - c) ao cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.
- 16.2. A licitante deverá declarar que cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, não empregando menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menor de dezesesseis anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, nos termos da legislação vigente.
- 16.3. Na assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no Edital, as quais deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.
- 16.4. **DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**
- 16.4.0.1. Será exigida a comprovação de patrimônio líquido mínimo equivalente a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, em conformidade com o limite previsto no art. 69 da Lei nº 14.133/2021, a fim de reduzir o risco de inexecução da contratação.
- 16.4.1. **DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**
- 16.4.2. As empresas participantes do certame licitatório deverão apresentar Atestado de capacidade técnica, expedido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem ter o licitante fornecido satisfatoriamente os materiais ou serviços pertinentes e compatíveis com o objeto desta licitação, podendo ser exigido, em diligência, da proposta melhor classificada, que apresente cópia autenticada do contrato ou da(s) respectiva(s) nota(s) fiscal(is), que deram origem ao Atestado.
- 16.4.3. Poderá ser exigido em diligência da proposta melhor classificada, que apresente cópia autenticada do contrato de fornecimento de materiais ou de prestação de serviço ou da(s) respectiva(s) nota(s) fiscal(is), que deram origem ao Atestado.
- 16.4.4. Em se tratando de serviços contínuos, poderá ser exigido certidão ou atestado que demonstre que o licitante tenha executado serviços similares ao objeto da licitação, em períodos sucessivos ou não, por um prazo mínimo, que não poderá ser superior a 3 (três) anos, conforme § 5º do art. 67 da Lei Federal nº 14.133/2021.

16.4.5. O licitante deverá apresentar **declaração formal**, nos termos do art. 67, inciso III, da Lei nº 14.133/2021, informando que dispõe de **pessoal técnico, instalações e aparelhamento adequados e disponíveis para a execução do objeto da licitação**, bem como a **qualificação de cada membro da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos**.

17. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

17.1. A contratação deverá observar os seguintes requisitos, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021 e com as especificações constantes no Termo de Referência:

I – Implantação e disponibilização de sistema informatizado de gerenciamento de abastecimento, operado por meio de cartão eletrônico, magnético ou tecnologia superior, com funcionamento contínuo e ininterrupto;

II – Disponibilização de rede credenciada de postos de combustíveis apta a atender, de forma adequada e suficiente, a frota pertencente ou sob responsabilidade do Departamento Estadual de Trânsito – Acre, assegurando cobertura mínima nas localidades de atuação da Autarquia;

III – Controle eletrônico das transações, com identificação do veículo, condutor, data, horário, quantidade abastecida e valor da operação, garantindo rastreabilidade e transparência;

IV – Disponibilização de relatórios gerenciais detalhados, em tempo real ou por período, permitindo acompanhamento, auditoria e fiscalização pela Administração;

V – Execução do serviço de recolhimento com retenção dos encargos e tributos de obrigação da contratada, quando incidente sobre as operações realizadas pelos postos credenciados;

VI – Garantia de segurança da informação, integridade dos dados e sigilo das operações, observadas as normas aplicáveis; e

VII – Manutenção de central de atendimento para suporte técnico e operacional durante toda a vigência contratual.

17.2. Os requisitos mínimos acima visam assegurar a adequada execução contratual, a eficiência na gestão da frota e a correta aplicação dos recursos públicos, em observância aos princípios do planejamento, eficiência, economicidade e controle previstos na Lei nº 14.133/2021.

18. DA SUBCONTRATAÇÃO

18.1. Não será admitida a subcontratação total ou parcial do objeto.

18.2. A vedação justifica-se, nos termos do art. 122, § 2º, da Lei nº 14.133/2021, por se tratar de serviço cujo núcleo compreende a gestão e a operacionalização integral de sistema informatizado de abastecimento, exigindo responsabilidade direta, exclusiva e centralizada da contratada.

19. DO PRAZO PARA ASSINATURA DO CONTRATO

19.1. A empresa será convocada para assinatura do contrato, dentro do **prazo de 5 (cinco) dias úteis**.

19.2. O prazo para a assinatura do contrato poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo DETRAN/AC.

20. DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO E DA SUA EFICÁCIA

20.1. DA VIGÊNCIA

20.1.1. O contrato decorrente da licitação **terá vigência inicial de 12 (doze) meses**, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado sucessivamente, na forma dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021, por se tratar de serviço de natureza contínua, indispensável à manutenção das atividades administrativas e operacionais do Departamento Estadual de Trânsito do Acre – DETRAN/AC.

20.1.2. A prorrogação ficará condicionada à demonstração da vantajosidade para a Administração, à manutenção das condições de habilitação da contratada e à existência de disponibilidade orçamentária.

20.2. DA EFICÁCIA

20.2.1. A eficácia do contrato e de seus eventuais termos aditivos ficará condicionada à divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no prazo de até 20 (vinte) dias úteis, contados da data de sua assinatura, nos termos do art. 94 da Lei nº 14.133/2021.

20.2.2. O contrato deverá observar, ainda, a legislação estadual pertinente quanto à publicação de seu extrato no Diário Oficial do Estado do Acre.

21. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

21.1. Será exigida prestação de garantia para fins de contratação, nos termos do art. 96 da Lei nº 14.133/2021.

21.2. Caberá ao contratado optar por uma das modalidades de garantia previstas no art. 96 da referida lei.

21.3. O edital fixará prazo mínimo de 1 (um) mês, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato, para a prestação da garantia pelo contratado quando optar pela modalidade prevista no inciso II do § 1º do art. 96.

21.4. Na contratação, o valor da garantia prevista será de 5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato, podendo ser autorizada a majoração desse percentual para até 10%, desde que justificada mediante análise da complexidade técnica e dos riscos envolvidos.

- 21.5. A garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, assegurará o pagamento de:
- a) prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do Contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
 - b) prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do Contrato;
 - c) multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à CONTRATADA; e
 - d) obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela CONTRATADA, quando couber.

21.6. Demais condições em relação ao tema estão dispostas no art. 96 da Lei Federal nº 14.133/2021.

22. **MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

22.1. **DOS PRAZOS DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

22.1.1. A implantação do sistema de gerenciamento do abastecimento dos veículos deverá ocorrer em no máximo até 10 (dez) dias úteis após o recebimento da Ordem de Serviços emitido pela CONTRATANTE, incluindo a instalação de todos os equipamentos e insumos necessários à operação do sistema, o credenciamento dos postos indicados pela CONTRATADA, bem como o credenciamento e treinamento dos gestores e condutores.

22.1.2. O fornecimento dos combustíveis será iniciado a partir da entrega dos cartões magnéticos para toda a frota de veículos utilizados pela CONTRATANTE, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis após a entrega pela CONTRATANTE da Ordem de Serviços.

22.1.3. O prazo para atendimento e solução de problemas *quanto à regularização dos abastecimentos* de assistência técnica pela CONTRATADA, não poderá ser superior a 2 (duas) horas, em dias úteis, finais de semana e feriados, considerando o horário comercial de 07h às 14h15 (horário do Acre), devendo apresentar justificativa e solicitação de prorrogação deste prazo por escrito, quando for o caso.

22.2. **DAS CONDIÇÕES GERAIS DA EXECUÇÃO**

22.2.1. Os requisitos básicos do serviço objeto da contratação envolvem os descritos a seguir.

22.2.2. Promover o gerenciamento informatizado do abastecimento dos veículos utilizados pelo Departamento Estadual de Trânsito - Acre, compreendendo a implantação e gestão de um sistema tecnológico, com plataforma on-line, específico com metodologia de cadastramento dos veículos utilizados, dos gestores, do controle e da logística, possibilitando o abastecimento e a fiscalização financeira e operacional, em caráter contínuo, ficando a cargo da contratada a comprovação em planilha dos valores a serem retidos com os recolhimentos de IRRF, ISS, DAE, DAM e outros tributos decorrentes da natureza da despesa dos postos credenciados em nome do Departamento Estadual de Trânsito - Acre, bem como o encaminhamento das Notas Fiscais emitidas pelos postos credenciados, contemplando:

- a) Rede de Postos para o fornecimento de combustíveis, credenciando estabelecimentos idôneos para o fornecimento dos combustíveis, destinados aos diversos tipos de marcas e modelos de veículos utilizados pelo Departamento Estadual de Trânsito - Acre e os que porventura venham a ser adquiridos durante a vigência do Contrato;
- b) A Rede Credenciada de Postos deverá fornecer, no mínimo, os seguintes combustíveis: **Gasolina comum e Óleo Diesel S-10**;
- c) Informatização dos controles através de sistema integrado de gestão de frota, possibilitando o lançamento de dados, emissão de relatórios financeiros, operacionais e gerenciais, que permitam controle total dos gastos;
- d) Informatização de comprovantes de recolhimentos de IRRF, ISS, DAE, DAM e outros tributos decorrentes da natureza da despesa dos postos credenciados em nome do Departamento Estadual de Trânsito - Acre, conforme pontuado no Decreto Estadual nº 11.107, de 19 de agosto de 2022 e outros que porventura regulam os recolhimentos do Estado.

22.2.3. Disponibilizar relatórios gerenciais e operacionais informatizados, contendo: identificação, tipo de combustível, quantidade de litros, local, hora, data de cada abastecimento e número de quilômetros por litro de combustível, no caso de veículos (caminhonetes, motocicletas, quadriciclos e caminhão).

22.2.4. Disponibilizar Sistema de Gerenciamento e Administração, voltado ao abastecimento e controle do consumo de combustíveis, contendo os seguintes dados:

- a) Identificação do veículo utilizados:
 - Marca/modelo;
 - Ano de fabricação;
 - Chassi;
 - Placa/Patrimônio;
 - Tipo de combustível;
 - Capacidade do tanque; e
 - Autonomia de rodagem Km/litro.

b) Controle do abastecimento do veículo:

- Data;
- Hora;
- Tipo de combustível;
- Quantidade de litros;
- Valor unitário da bomba;
- Valor total;
- Local do abastecimento;
- Hodômetro; e
- Nome do condutor/operador do veículo e espaço para sua assinatura.

22.2.5. Emitir relatórios cadastrais e gerenciais, tais como:

a) Cadastro de veículo:

- Marca;
- Modelo;
- Ano de fabricação;
- Chassi;
- Cor;
- Patrimônio;
- Placa; e
- Unidade de lotação.

b) Cadastro de usuários:

- Gestores.

c) Relatório de Recolhimentos de tributos em nome do Departamento Estadual de Trânsito - Acre por cada posto de combustível credenciado:

- Por posto, deve ser apresentada a nota fiscal;
- Por posto, deve ser apresentada a emissão do recolhimento de Imposto de Renda Retido na Fonte (DAE) e respectivo comprovante de pagamento;
- Por posto, deve ser apresentada a emissão do recolhimento de Imposto Sobre Serviços Municipais (ISS), por meio da emissão de documento de arrecadação municipal (DAM), com respectivo comprovante de pagamento.

d) Outros relatórios de interesse do Órgão.

22.2.6. Permitir, durante a execução do Contrato, a inclusão/exclusão de veículos listados pelo Departamento Estadual de Trânsito - Acre.

22.2.7. A transmissão dos dados de abastecimento e do condutor/operador ao servidor do sistema deverá ser realizada em tempo real, salvo impossibilidade técnica devidamente comprovada pelo gestor do sistema. Nesta hipótese, os dados deverão ser transmitidos em até 24 (vinte e quatro) horas.

22.2.8. A transmissão dos dados relativos ao abastecimento e ao condutor poderá ser efetuada por qualquer forma de tecnologia de transmissão de dados, tais como: rádio frequência, sistema de posicionamento global (GPS), cabeada, dentre outros.

22.2.9. Os postos de abastecimento, bem como seus equipamentos, deverão ser certificados no âmbito do Sistema Brasileiro de Certificação, quando obrigatório; deverão estar em conformidade com as normas técnicas expedidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT (com destaque para NBR 13312, NBR 14639, NBR 15461 e NBR 17505).

22.2.10. Os postos credenciados deverão funcionar continuamente, durante todos os dias da semana, inclusive feriados.

22.2.11. O Departamento Estadual de Trânsito - Acre deverá ter acesso aos dados dos abastecimentos realizados a partir dos Contratos firmados.

22.2.12. Oferecer treinamento para Gestores e Usuários da CONTRATANTE, visando o gerenciamento de todo o sistema nos softwares utilizados pela CONTRATADA, nas seguintes condições mínimas:

- a) Treinamento presencial;
- b) Carga horária mínima de 8h;
- c) Local cedido pela CONTRATANTE; e
- d) Quantidade mínima de participantes: 10 servidores.

22.2.13. Deverá ser disponibilizado ao Departamento Estadual de Trânsito - Acre, acesso a software ou programa, via internet, com funcionamento on-line (tempo real), para a alimentação e alteração de parâmetros, bloqueio/desbloqueio de abastecimentos, bem como o gerenciamento das demais ocorrências, e também para a obtenção de informações relativas aos abastecimentos por meio de consultas e relatórios.

22.2.14. O Departamento Estadual de Trânsito - Acre poderá utilizar toda a rede de postos de abastecimento disponibilizados pela CONTRATADA, para abastecer suas unidades consumidoras.

22.3. DO SOFTWARE

22.3.1. O Software será disponibilizado à CONTRATANTE, para utilização durante o prazo da vigência contratual, devendo apresentar listagem contendo sua identificação e numeração.

22.3.2. O Software de gerenciamento integrado deverá emitir relatórios gerenciais de controle da situação (histórico de quilometragem, etc.) e das despesas de abastecimento de combustível de cada um dos veículos utilizados pelo CONTRATANTE, com as funcionalidades mínimas descritas:

- a) Consolidação dos dados, permitindo a concentração destes e a emissão de relatórios nas bases de gerenciamento, localizadas onde a CONTRATANTE indicar;
- b) Informatização dos dados de consumo; e
- c) Promoção de instalação de Bases de Gerenciamento, em locais determinados pela CONTRATANTE, onde a CONTRATADA instalará os softwares de gerenciamento da frota do sistema, permitindo o acesso on-line a todos os dados relativos aos veículos e emissão, a qualquer momento, de relatórios gerenciais.

22.3.3. Todo e qualquer ônus referente a direitos de propriedade industrial, marcas e patentes, segredos comerciais e outros direitos de terceiros, bem como a responsabilidade por sua violação, suas consequências e efeitos jurídicos, são de responsabilidade da CONTRATADA, se esta tiver dado causa por sua culpa ou dolo, que deverá por eles responder, e defender a CONTRATANTE em juízo, ou fora dele, contra reclamações relacionadas com o assunto.

22.3.4. A utilização das ferramentas tipo softwares será precedida de treinamento específico e obedecerá aos manuais e procedimentos que os acompanharem, sendo de responsabilidade da CONTRATADA, a manutenção e/ou substituição dos equipamentos que se mostrarem insatisfatórios à plena execução dos serviços.

22.3.5. Deverá haver pelo menos 02 (dois) perfis de acesso ao software disponibilizado:

I - Gestor Master de Contrato Frota DETRAN/AC: terá acesso irrestrito às informações dos abastecimentos das unidades consumidoras. Podendo incluir ou alterar parâmetros para as unidades consumidoras e terá acesso às informações dos abastecimentos de todas as unidades consumidoras (UCs). Deverá estabelecer o nível de acesso permitido (consulta/administração) ao software para cada unidade e usuário, podendo um ou mais usuários terem acesso completo ou parcial a toda a sua frota, de acordo com suas respectivas responsabilidades e terá acesso às informações dos abastecimentos de todas as unidades consumidoras. Deverá determinar os parâmetros para o conjunto das suas unidades consumidoras.

II - Gestor de Frota de Administrativo: Divisão ou Departamento do DETRAN/AC. Podendo ter um ou mais gestores com acesso às informações dos abastecimentos das unidades consumidoras vinculadas a ela, possuindo apenas acesso à visualização para consulta de dados.

22.3.6. O software deverá permitir aos gestores de frota parametrizar a liberação e/ou o bloqueio do abastecimento, no mínimo, por:

- a) Número de transações (por dia, semana, mês);
- b) Horário e dia do abastecimento;
- c) Média KM percorrido por litro (Km/l);
- d) Tipo de combustível;
- e) Veículo e/ou unidade do órgão e entidade;
- f) Capacidade do tanque do veículo;
- g) Limite de crédito mensal por UC (diário ou mensal, quando o caso).

22.3.7. O software também deverá permitir que o Gestor Master estabeleça uma quota, em valor ou volume, para a frota do órgão/entidade, ou frota de uma unidade do órgão/entidade, ou para os veículos, individualmente. Estas quotas poderão ser alteradas e redistribuídas e terão como limite ou teto o saldo total de combustível estabelecido pelo do órgão/entidade para as suas unidades consumidoras. A alimentação das quotas mensais poderá ser feita manual ou automaticamente, quando for o caso.

22.3.8. Todo abastecimento realizado fora dos critérios ou parâmetros definidos deverá ser identificado e apresentado de forma diferenciada no software.

22.3.9. Deverá ser possível aos Gestores Master e de Frota emitirem relatórios gerenciais, operacionais e financeiros para controle e gestão das informações sobre as unidades consumidoras e suas respectivas despesas com os abastecimentos. Estes relatórios poderão ser detalhados ou consolidados por período (dia, semana, mês, etc.); unidade, órgão, Estado e local de abastecimento (posto e município), durante todo o período de vigência do contrato. Tais relatórios poderão contemplar também o desempenho dos veículos, tais como consumo e quilometragem percorrida; preços históricos unitários em R\$/L por tipo de combustível, além dos possíveis desvios em relação aos parâmetros adotados.

22.3.10. Os relatórios relativos aos abastecimentos de combustível, gestão e controle das unidades consumidoras dos órgãos participantes poderão ser exibidos em tela, impressos e salvos em alguma extensão de arquivo, tais como, XLS, PDF, TXT, DOC, etc.

22.3.11. A CONTRATADA deverá disponibilizar serviço de atendimento, mediante linha telefônica (0800) a ser utilizado na ocorrência de falhas nos equipamentos, no caso de máquinas de cartão, e dispositivos dos postos ou unidades

consumidoras, devido à falta de energia, defeitos ou qualquer outro motivo, a fim de que todos os dados da transação sejam registrados no sistema no ato do abastecimento.

22.3.12. A CONTRATADA deverá permitir e viabilizar a integração do seu software com os sistemas legados do Estado do Acre.

22.4. DOS CARTÕES MAGNÉTICOS OU ELETRÔNICOS

22.4.1. Disponibilizar, no mínimo, 01 (um) cartão magnético ou eletrônico para cada veículo utilizados, que deverá ser individual e intransferível; e 01 (um) cartão magnético ou eletrônico livre, que servirá, eventualmente, para abastecer a frota de outros órgãos que estiverem prestando serviço para a Administração.

22.4.2. O cadastramento de cada cartão deve ser vinculado o número de patrimônio do veículo.

22.4.3. Adotar sistema de segurança que vincule o cartão à frota, de forma que impeça o abastecimento de outros veículos utilizados que não sejam autorizados pela CONTRATANTE, permitindo o controle sobre todos os abastecimentos, veículos e condutores.

22.4.4. Disponibilizar senhas individuais para os servidores que serão indicados pela CONTRATANTE.

22.4.5. O uso indevido do cartão magnético ou eletrônico da frota, não autorizado, cancelado ou bloqueado pela base operacional, se constatado, será considerado falha do sistema e as despesas efetivadas serão suportadas pela CONTRATADA.

22.4.6. Os cartões magnéticos ou eletrônicos deverão ser individuais para identificação dos veículos utilizados e realização dos abastecimentos na rede credenciada, sem ônus à CONTRATANTE no primeiro fornecimento.

22.4.7. Os cartões magnéticos ou eletrônicos poderão ser substituídos pela CONTRATADA, individualmente, sem ônus adicional à CONTRATANTE, quando ocorrer um dos seguintes eventos:

- a) Extravio do cartão, pela primeira vez, por parte do usuário;
- b) Danificação do cartão, pela primeira vez, por parte do usuário;
- c) Quando ocorrer o desgaste natural ou se verificar a necessidade técnica de substituição do cartão.

22.4.8. A CONTRATADA deverá apresentar o preço unitário de emissão do cartão magnético ou eletrônico, a fim de eventuais necessidades de aquisições por parte da CONTRATANTE, nas condições em que a sua disponibilização não for gratuita.

22.5. DA MÁQUINA DE CARTÃO EM POSTOS DE ABASTECIMENTO

22.5.1. Será de obrigatoriedade da CONTRATADA o cadastramento e contratação de postos de combustíveis que apresentem uma maquina de abastecimento para a frota operacional.

22.5.2. Todas as taxas decorrentes do uso da máquina destinada à contabilidade dos abastecimentos deverão ocorrer pelo posto cadastrado.

22.6. DO CONTROLE E SEGURANÇA DO SISTEMA

22.6.1. Deverão ser atendidas as seguintes garantias e exigências mínimas de segurança do sistema:

- a) Sistema de segurança que impeça o abastecimento de outros veículos que não sejam autorizados pela CONTRATANTE, permitindo o controle sobre todos os abastecimentos;
- b) Uso do cartão para qualquer operação somente será possível após a digitação de uma senha válida do usuário;
- c) Bloqueio do cartão de veículos/usuários, realizado pela CONTRATANTE, que deverá ser feito on-line a partir da Sede do DETRAN/AC em Rio Branco/AC;
- d) Deverá ser possível a troca/validação da senha do usuário, sempre que houver necessidade;
- e) Cancelamento do cartão, que somente poderá ser feito por servidor designado pelo Fiscal do Contrato ou credenciado pela CONTRATANTE para esse fim;
- f) As placas/patrimônio dos veículos cadastrados, pertencentes ao Departamento Estadual de Trânsito - Acre, serão vinculadas aos cartões magnéticos/eletrônico;
- g) O abastecimento de combustíveis, junto aos postos de abastecimento e demais estabelecimentos da rede, só poderá ser efetivado por meio do uso do cartão magnético ou eletrônico.

22.6.2. A empresa CONTRATADA não será responsável por nenhum reembolso de valor decorrente do uso de cartão perdido, furtado ou roubado que não for bloqueado tempestivamente pela CONTRATANTE.

22.7. DA GARANTIA DO SERVIÇO

22.7.1. A CONTRATADA deverá garantir a qualidade do combustível e arcar com qualquer prejuízo à CONTRATANTE decorrente de sua utilização;

22.7.2. Ficará sobre a inteira responsabilidade da CONTRATADA a garantia da qualidade mínima do combustível fornecido, sob pena das sanções cabíveis.

22.7.3. A CONTRATANTE se reserva no direito de colher amostras do combustível, se necessário, para análise de qualidade, compatibilidade, autenticidade e outros que se fizerem necessários.

22.8. DOS VEÍCULOS

22.8.1. Os veículos utilizados pelo Departamento Estadual de Trânsito - Acre, serão informados à CONTRATADA até a data da ordem de serviço emitido pela CONTRATANTE, com suas respectivas especificações técnicas, agrupado por tipo de combustível e placa.

22.8.2. Os veículos utilizados poderão ser alterados por meio de novas aquisições e/ou desfazimento.

22.8.3. DAS CIDADES COM POSTOS DE ABASTECIMENTO

22.8.4. A CONTRATADA deverá credenciar até a data da assinatura do contrato os postos para realizarem os abastecimentos necessários da CONTRATANTE nas cidades indicadas abaixo, com as respectivas quantidades mínimas de postos de abastecimento;

22.8.5. Os postos credenciados deverão estar sediados dentro do perímetro urbano dos municípios indicados abaixo;

22.8.6. A indicação dos municípios representam uma quantidade de mínima de atendimento às necessidades da Administração, não devendo ser caracterizado como delimitação exata do perímetro de possíveis abastecimentos a serem realizados, tendo em vista que, conforme a necessidade de deslocamento de cada unidade do DETRAN/AC os abastecimentos poderão ser realizados em qualquer posto que for credenciado pela CONTRATADA, independente da localidade, podendo ser interestadual ou intermunicipal.

Nº	MUNICÍPIO	QUANTIDADE MÍNIMA DE POSTOS CREDENCIADOS
1	Acrelândia	01
2	Assis Brasil	01
3	Brasiléia	01
4	Bujari	01
5	Capixaba	01
6	Cruzeiro do Sul	03
7	Epitaciolândia	01
8	Feijó	01
9	Jordão	01
10	Mâncio Lima	01
11	Manoel Urbano	01
12	Marechal Thaumaturgo	01
13	Plácido de Castro	01
14	Porto Acre	01
15	Porto Walter	01
16	Rio Branco	06
17	Rodrigues Alves	01
18	Santa Rosa do Purus	01
19	Sena Madureira	01
20	Senador Guiomard	01
21	Tarauacá	01
22	Xapuri	01
TOTAL		29

23. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

23.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas legais aplicáveis, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

23.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

23.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

23.4. O órgão poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

23.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de

execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

23.6. A gestão e a fiscalização do Contrato serão de responsabilidade do Departamento Estadual de Trânsito - Acre.

23.7. A gestão e a fiscalização do Contrato serão efetuadas por servidores designados pelo Departamento Estadual de Trânsito - Acre.

23.8. A designação será realizada por meio de publicação de Portaria no Diário Oficial do Estado do Acre.

23.9. Será obrigatória a observância da Instrução Normativa da Controladoria Geral do Estado do Acre nº 001/2016 que dispõe sobre as funções de GESTOR e de FISCAL de contratos administrativos no âmbito da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo Estadual, bem como a observância do Manual de Gestão e Fiscalização dos Contratos Administrativos do Estado do Acre.

23.10. O exercício da gestão e fiscalização pela CONTRATANTE não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos.

23.11. **DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

23.11.1. A gestão e a fiscalização do Contrato serão de responsabilidade do DETRAN/AC;

23.11.2. A gestão e a fiscalização do Contrato serão efetuadas por servidores designados pelo DETRAN/AC;

23.11.3. A designação será realizada por meio de publicação de Portaria no Diário Oficial do Estado do Acre.

23.11.4. Será obrigatória a observância da **Instrução Normativa da Controladoria Geral do Estado do Acre nº 001/2016** que dispõe sobre as funções de GESTOR e de FISCAL de contratos administrativos no âmbito da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo Estadual, bem como a observância do **Manual de Gestão e Fiscalização dos Contratos Administrativos do Estado do Acre**.

23.11.5. O gerenciamento e a fiscalização da execução do Contrato consistem na verificação da conformidade da execução do procedimento e do objeto contratado, de forma a assegurar o perfeito cumprimento das leis e do Contrato, devendo ser exercidos por representantes da Administração, especialmente designados na forma do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

23.11.6. O exercício da gestão e fiscalização pela CONTRATANTE não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, em conformidade com o art. 119 da Lei nº 14.133/2021.

23.11.7. A comunicação entre a gestão e/ou fiscalização contratual e a CONTRATADA será por meio escrito, sempre que se entender necessário o registro de ocorrência relacionada com a execução da contratação.

23.11.8. O GESTOR DO CONTRATO e o FISCAL DO CONTRATO designados pela CONTRATANTE:

a) são responsáveis pelo ateste das faturas dos bens fornecidos, desde que cumpridas as exigências estabelecidas no Contrato e seus anexos.

b) podem sustar qualquer entrega que esteja em desacordo com o especificado, sempre que essa medida se tornar necessária.

c) devem informar à **CONTRATADA** sobre as alterações trazidas pelo Decreto nº 11.107 de 19 de agosto de 2022 – Diário Oficial do Estado do Acre nº 13.355, tendo por base o art. 157, I e o art. 158, I ambos da Constituição Federal de 1988, e solicitar que o valor do Imposto de Renda Retido na Fonte – IR conste no documento fiscal, caso contrário, este deverá ser devolvido para retificação.

d) possuem responsabilidade jurídica (nas esferas administrativa, civil e criminal) por ações ou omissões, dolosas ou culposas, desde que contrárias à lei;

23.12. **QUANTO AO GESTOR DO CONTRATO**

23.12.1. Considera-se GESTOR DO CONTRATO: servidor, comissão ou setor especialmente designado para representar a Administração e verificar a execução administrativa e procedimental do contrato.

23.12.2. São atribuições do GESTOR DO CONTRATO, sem prejuízo das demais previstas no Manual de Gestão e Fiscalização dos Contratos Administrativos do Estado do Acre:

I - Conhecer o inteiro teor do Edital e seus anexos ou da Ata de Registro de Preços, do Instrumento Contratual e seus eventuais aditivos;

II - Gerenciar todo o Processo Administrativo de Despesa Pública – PADP referente à contratação, nos termos da Instrução Normativa CGE nº 002/2013;

III - Assegurar-se do cumprimento integral das obrigações contratuais assumidas, com qualidade e em respeito à legislação vigente;

IV - Solicitar periodicamente ao fiscal do contrato relatório das ocorrências para que, sendo o caso, possa tomar as providências cabíveis a fim de corrigi-las;

- V - Atuar em tempo hábil na solução dos problemas de sua alçada que venham a ocorrer ao longo da execução contratual;
- VI - Analisar notas/glosas escritas pelo fiscal, a fim de constatar a possível necessidade de descontos a serem realizados no valor mensal dos serviços/compras, informando-as ao setor financeiro;
- VII - Encaminhar formalmente as demandas ao preposto por meio de ordem de serviço/entrega ou fornecimento;
- VIII - Repassar ao Fiscal de Contratos todas as informações e documentos relativos ao contrato, para que este último possa bem fiscalizá-lo;
- IX - Dar publicidade e manter semanalmente atualizados os dados de cada PADP sob sua gerência por meio da inserção de dados em meios informáticos, a exemplo do GRP;
- X - Acompanhar a vigência do instrumento contratual, a fim de proceder às diligências administrativas de prorrogação, se possível e vantajoso for, ou ao encerramento da contratação, de modo a garantir o atendimento do interesse público;
- XI - Propor medidas que melhorem a execução do contrato;
- XII - Conhecer suas atribuições para o exercício das atividades de gestão;
- XIII - Encaminhar ao respectivo responsável, as questões que ultrapassam o âmbito das suas atribuições para que possam ser solucionadas;
- XIV - Providenciar, sempre por escrito, a obtenção de esclarecimentos, auxílio ou suporte técnico, para aqueles casos em que tiver dúvidas sobre a providência a ser adotada;
- XV - Alimentar o Portal da Transparência e de Acesso à Informação do Governo, os sistemas informatizados para gestão dos Contratos Administrativos e outros subsistemas quanto a informações inerentes aos contratos que gerencia, responsabilizando-se por tais informações, inclusive, sempre quando solicitadas;
- XVI - Negociar condições previamente estabelecidas com o CONTRATANTE sempre que o mercado assim o exigir e quando da sua prorrogação, nos termos da Lei;
- XVII - Informar periodicamente ao Ordenador de Despesas do órgão/entidade sobre ocorrências relacionadas ao contrato. Por exemplo: execução de ajustes, requerimento de concessão de reajuste, prorrogações e etc., encaminhando, sempre que solicitado, o relatório de acompanhamento de obras ou serviços prestados comunicando as irregularidades encontradas;
- XVIII - Juntamente com o fiscal, deve levar ao conhecimento do Ordenador de Despesas do órgão/entidade, sempre por escrito, instruções relativas a modificações de projetos aprovados, alterações de prazos, cronogramas e demais informações correlatas ao contrato, emitindo pareceres e relatórios técnicos como forma de subsidiar a Administração na tomada de decisões;
- XIX - Obter a formalização da designação do preposto junto à CONTRATADA;
- XX - Elaborar, se necessário, o plano de inserção, instrumento pelo qual deverá ocorrer o repasse ao contratado, por meio do preposto, os conhecimentos necessários para a execução dos serviços, e disponibilizar infraestrutura adequada à CONTRATADA para execução do pactuado, quando for o caso; e
- XXI - Notificar a CONTRATADA, por ordem do Ordenador de Despesas do órgão/entidade CONTRATANTE, sobre irregularidades encontradas.

23.12.3. A gestão documental e a comprovação de regularidade das obrigações acessórias, compreendidas as de natureza trabalhista, fiscal e previdenciária, são de responsabilidade do GESTOR DO CONTRATO.

23.12.4. É competência do GESTOR DO CONTRATO conduzir o procedimento de reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato.

23.12.5. O GESTOR DO CONTRATO que não observar as normas contidas na Portaria e no Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos e causar danos de qualquer ordem ao Poder Público em decorrência do exercício do ônus a ele incumbido, responderá pelos danos que causar.

23.13. **QUANTO AO FISCAL DO CONTRATO**

23.13.1. Considera-se FISCAL DO CONTRATO: servidor especialmente designado para representar a Administração e verificar a execução física do objeto contratual. É o responsável pela verificação técnica quanto ao aspecto quantitativo e qualitativo da prestação do serviço ou entrega da coisa, cuja atuação é pontual.

23.13.2. São atribuições do FISCAL DO CONTRATO, sem prejuízo das demais previstas no Manual de Gestão e Fiscalização dos Contratos Administrativos do Estado do Acre:

- I - Conhecer o inteiro teor do Edital e seus anexos ou da Ata de Registro de Preços, do Instrumento Contratual, seus anexos e eventuais aditivos/apostilamentos;
- II - Avaliar a quantidade e a qualidade dos serviços executados ou dos bens entregues;

- III - Atestar, em documento hábil, o fornecimento ou a entrega de bens permanentes ou de consumo e a prestação do serviço, após conferência prévia do objeto contratado;
- IV - No caso de serviços, controlar a efetividade e eficácia da sua execução em estrita observância ao estabelecido no contrato (especificações e normas técnicas, por exemplo), solicitando a correção de eventuais vícios, imperfeições, deficiências e/ou omissões que constatar;
- V - No caso de compras, acompanhar a entrega dos bens, verificando sua quantidade e qualidade;
- VI - Registrar todas as ocorrências havidas durante o período de execução do contrato, em livro próprio, conforme art. 117, §1º da Lei Federal n.º 14.133/2021;
- VII - Observar os prazos contratuais para a regularização de eventuais falhas e, no caso da inexistência de sua previsão, estabelecer juntamente com o Gestor de Contrato, prazo razoável para medida saneadora;
- VIII - Conhecer suas atribuições e responsabilidades para o exercício das atividades de fiscalização;
- IX - Assegurar-se do cumprimento integral das obrigações contratuais assumidas pela CONTRATADA;
- X - Apresentar, periodicamente ou quando solicitado, relatório circunstanciado de acompanhamento da execução do serviço, da entrega do material ou do bem, que deverá ser instruído com registros fotográficos e demais documentos probatórios, quando for o caso;
- XI - Acompanhar rotineiramente a execução dos serviços contratados;
- XII - Atuar em tempo hábil na solução dos problemas que – porventura - venham a ocorrer ao longo da execução contratual, desde que não ultrapassem suas competências;
- XIII - Encaminhar as questões que ultrapassarem suas atribuições ao Gestor do Contrato;
- XIV - Providenciar, sempre por escrito, a obtenção de esclarecimentos, auxílio ou suporte técnico para aqueles casos em que tiver dúvidas sobre a providência a ser adotada.
- XV - Indicar, em nota técnica, a necessidade de eventuais descontos a serem realizados no valor mensal dos serviços, por meio de glosas que serão escritas no verso da nota ou documento equivalente;
- XVI - Cientificar o gestor do contrato e também o Ordenador de Despesas do órgão/entidade CONTRATANTE da possibilidade de não conclusão do objeto na data pactuada, com as devidas justificativas;
- XVII - Realizar, juntamente com a CONTRATADA, as medições dos serviços nas datas estabelecidas, antes de atestar as respectivas notas fiscais;
- XVIII - Reportar-se sempre ao preposto da CONTRATADA, não devendo, em hipótese alguma, dar ordens diretamente aos seus empregados;
- XIX - Emitir atestados ou certidões de avaliação dos serviços prestados;
- XX - Emitir atestado ou certidão de realização de serviços, total ou parcial;
- XXI - Controlar a medição do serviço executado, aprovando somente a medição dos serviços efetivamente realizados;
- XXII - Informar o Gestor do Contrato sobre irregularidade que deva ser sanada;
- XXIII - Glosar as medições quando houver má execução da CONTRATADA ou mesmo a sua não execução e, com isso, sugerir a aplicação de penalidades à CONTRATADA em face do inadimplemento de suas obrigações; e
- XXIV - Representar, levando ao conhecimento das autoridades a execução de ato ilícito que tenha tido conhecimento em razão de seu ofício.

23.13.2.1. Das anotações previstas no inciso VI deverá constar, no mínimo, descrição sumária do ocorrido e, logo após, subscrição de ciência por parte da CONTRATADA.

23.13.3. Caberá ao FISCAL DO CONTRATO ainda, como medida basilar e de cumprimento legal (art. 117, §1º da Lei nº 14.133/2021), manter arquivo próprio onde deverá guardar cópias e comprovantes das providências que tomar.

23.13.4. O FISCAL DO CONTRATO que não observar as normas contidas na Portaria e no Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos e causar danos de qualquer ordem ao Poder Público em decorrência do exercício do ônus a ele incumbido, responderá pelos danos que causar.

24. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

24.1. Constituem obrigações da CONTRATADA as previstas no Edital e na legislação pertinente.

24.2. A CONTRATADA deverá exigir dos postos credenciados maquineta de cartão específica para os atendimentos com abastecimento, como parte integrante da prestação do serviço, tendo em vista que há postos em que a internet não está operante e há dificuldade de acesso à internet do Estado.

24.3. A CONTRATADA não poderá suspender a prestação dos serviços, mesmo em casos de atraso superior a 90

(noventa) dias dos pagamentos, devidos pela Administração decorrentes de obras, serviços ou fornecimento, ou parcelas destes, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação.

- 24.4. Em casos de suspensão de serviços decorrentes do não pagamento pela CONTRATANTE, a CONTRATADA deverá notificar formalmente a CONTRATANTE, antes de efetuar tal suspensão.
- 24.5. Prestar os serviços na forma e nos prazos estabelecidos, observadas as especificações técnicas e demais condições apresentadas neste Termo, seguindo ordens e orientações da CONTRATANTE.
- 24.6. Os serviços deverão ser executados dentro do melhor padrão de alto nível de qualidade e confiabilidade, observadas as normas da ABNT, podendo a CONTRATANTE recusar os serviços que não atenderem a tal requisito.
- 24.7. Sempre que for solicitado pela fiscalização, a CONTRATADA deverá apresentar os certificados e garantias dos serviços ofertados.
- 24.8. Permitir e subsidiar com informações, o acompanhamento da fiscalização por parte da CONTRATANTE.
- 24.9. Apresentar os relatórios de fornecimento, quando solicitado.
- 24.10. Designar, por escrito, um responsável na qualidade de preposto, para representá-la durante a execução do Contrato, bem como para dirimir questões relacionadas à execução do Contrato.
- 24.11. Propiciar todos os meios e facilidades necessárias à fiscalização dos serviços pela CONTRATANTE, cujo representante terá poderes para sustar o serviço, total ou parcialmente, em qualquer tempo, sempre que considerar a medida necessária e recusar os serviços que julgar inadequados.
- 24.12. Comunicar à CONTRATANTE, por escrito, qualquer anormalidade em relação ao objeto do Contrato e prestar os esclarecimentos julgados necessários pela CONTRATANTE.
- 24.13. Relatar à fiscalização do Contrato toda e qualquer irregularidade, inclusive de ordem funcional, constatada durante a execução dos serviços, cujo saneamento dependa de autorização para execução ou de providências por parte da CONTRATANTE, especialmente se representar risco para o patrimônio da CONTRATANTE.
- 24.14. Comunicar à CONTRATANTE qualquer alteração em seu contrato social ou modificação da sua finalidade ou da sua estrutura, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a contar do arquivamento dos documentos no Cartório de Registro específico.
- 24.15. Manter atendimento com à CONTRATANTE objetivando evitar interrupções ou paralisações durante a execução do Contrato.
- 24.16. Atender imediatamente as determinações do representante da CONTRATANTE inerentes à execução do objeto contratual.
- 24.17. Manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme art. 92, XVI da lei 14.133/2021, assegurando a qualidade na prestação de seus serviços.
- 24.17.1. A não manutenção das condições de habilitação pela CONTRATADA poderá dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções.
- 24.17.2. O DETRAN/AC, deverá ser informada sempre que houver alteração do Contrato Social da Empresa, através do envio de cópia do contrato atualizado.
- 24.18. Apresentar, durante toda a execução do Contrato, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas, especialmente, encargos sociais, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais.
- 24.19. A CONTRATADA será obrigada a obter todas as licenças, aprovações e autorizações necessárias a execução dos serviços, responsabilizando-se pelo pagamento de todas as taxas e/ou emolumentos legais vigentes prescritos, observando as Leis, Regulamentos, Normas e Posturas referentes aos serviços e à segurança pública, além de arcar com o pagamento de seguro pessoal, despesas decorrentes das leis trabalhistas e impostos, transporte de pessoal, alimentação, salários, e demais custos para realização dos serviços contratados.
- 24.20. Assumir total responsabilidade por qualquer dano causado, por culpa ou dolo na execução do Contrato, à CONTRATANTE, a seus prepostos ou terceiros, provocados por ação ou omissão, em decorrência da execução do Contrato, não cabendo à CONTRATANTE, em nenhuma hipótese responsabilidade por danos diretos, indiretos ou lucros cessantes decorrentes.
- 24.21. Responsabilizar-se por todos e quaisquer ônus decorrente da execução do Contrato, especialmente os encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes sobre a prestação de serviços, isentando a CONTRATANTE de eventual não observância das prescrições legais pertinentes.
- 24.22. Responder integralmente, por perdas e danos que vier a causar a CONTRATANTE ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou de seus prepostos, independente de outras combinações contratuais ou legais que estiver sujeita.
- 24.23. Responder, civil e penalmente, por quaisquer danos materiais ou pessoais ocasionados à CONTRATANTE e/ou a terceiros, por seus empregados, dolosa ou culposamente, nos locais de trabalho.

- 24.24. Ressarcir o valor correspondente aos danos causados em bens de propriedade da CONTRATANTE, o qual será calculado de acordo com o preço de mercado e recolhido por depósito a favor da CONTRATANTE. Caso os valores devidos não restarem pagos ou depositados, será automaticamente descontado do pagamento a que a CONTRATADA fizer jus. Em caso de saldo insuficiente, o valor complementar será cobrado administrativa e/ou judicialmente.
- 24.25. Emitir Nota Fiscal/Fatura no valor apurado para o período que equivale ao consumo mensal, obedecendo às condições do Contrato, apresentando à CONTRATANTE para atesto e pagamento.
- 24.26. Disponibilizar rede de postos de abastecimento nas localidades onde a CONTRATANTE possui frota de veículo.
- 24.27. Reconhecer os direitos da Administração previstos neste instrumento e na legislação pertinente em caso de inexecução total ou parcial do contrato, sem prejuízo da sua rescisão.
- 24.28. Aceitar os acréscimos ou supressões que julgados necessários pela CONTRATANTE nos parâmetros estabelecidos no art. 125 da Lei 14.133/2021 e legislação correlata.
- 24.29. A CONTRATADA deverá se adequar às alterações trazidas pelo Decreto nº 11.107 de 19 de agosto de 2022 – Diário Oficial do Estado do Acre nº 13.355, tendo por base o art. 157, I e o art. 158, I ambos da Constituição Federal de 1988, quanto a **retenção do valor do Imposto de Renda Retido na Fonte– IR**, constando-o em documento fiscal, pois caso contrário, este deverá ser devolvido para retificação. Caso a empresa seja optante pelo Simples Nacional deverá apresentar, juntamente com a Nota Fiscal/Fatura, a devida comprovação.
- 24.30. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do Contrato.
- 24.31. O descumprimento total ou parcial das responsabilidades assumidas pela CONTRATADA em decorrência da execução do Contrato ensejará a aplicação de sanções administrativas previstas no instrumento convocatório e na legislação vigente.

25. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 25.1. Constituem obrigações da CONTRATANTE as previstas no Edital e na legislação pertinente.
- 25.2. Efetuar o pagamento à CONTRATADA de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência.
- 25.3. Zelar pela boa qualidade do serviço, receber, apurar e solucionar queixas e reclamações dos usuários.
- 25.4. Comunicar à CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades porventura verificadas na execução dos serviços, para imediata correção, sem prejuízo das sanções cabíveis.
- 25.5. Comunicar oficialmente a CONTRATADA, quaisquer falhas ocorridas, consideradas de natureza grave.
- 25.6. Proporcionar todas as condições necessárias para que a CONTRATADA possa realizar suas obrigações, dentro das normas e condições estabelecidas no presente Termo de Referência e no Contrato.
- 25.7. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA.
- 25.8. Exercer a seu critério e através de servidor designado, ampla, irrestrita e permanente fiscalização da execução do Contrato.
- 25.9. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato através de servidor designado como representante da Administração, que anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do Contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados; e, ainda, atestará as Notas Fiscais/Faturas e recibos para fins de pagamento.
- 25.10. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, até mesmo perante terceiro, por qualquer irregularidade, inclusive resultante de imperfeições técnicas, emprego de material inadequado ou de qualidade inferior. Na ocorrência destas imperfeições ou emprego de material inadequado não implica coresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos.
- 25.11. A CONTRATANTE poderá exigir o imediato afastamento de qualquer empregado ou preposto da CONTRATADA que causar embaraços à fiscalização, que se conduza de modo inconveniente ou incompatível com o exercício das funções que lhe forem conferidas.
- 25.12. A CONTRATANTE reserva-se no direito de descontar nas Notas Fiscais/Faturas, os débitos e multas da CONTRATADA previstas no Contrato, bem como os valores pagos a terceiros a título de ressarcimento de danos causados pela CONTRATADA.
- 25.13. A CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA e de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- 25.14. Aplicar à CONTRATADA as penalidades regulamentares e contratuais cabíveis.

26. CRITÉRIOS DE PAGAMENTO

- 26.1. O pagamento dos serviços efetivamente prestados será efetuado à empresa contratada no prazo de 30 (trinta) dias corridos, contados do aceite definitivo do objeto, compreendido nesse período a fase de ateste deste – o qual conterá o endereço, o CNPJ, os números do Banco, da Agência e da Conta Corrente da Empresa contratada, o número da Nota de

Empenho e a descrição clara do objeto – em moeda corrente nacional, de acordo com as condições constantes na proposta da Empresa contratada e aceita pela Administração contratante.

26.2. O pagamento será efetuado pela CONTRATANTE mediante a entrega da Nota Fiscal, referente ao fornecimento de combustível dos últimos 30 (trinta) dias do mês anterior, juntamente com o Relatório Analítico de Despesas e todos os documentos que comprovem a regularidade fiscal e trabalhista da empresa CONTRATADA.

26.3. O documento fiscal deverá ser emitido em nome da:

- a) Departamento Estadual de Trânsito - Acre
- b) CNPJ nº 01.005.762/0001-43.

26.4. O valor a ser pago será resultante da aplicação do percentual de desconto ao efetivo montante total dos gastos realizados com o abastecimento da frota no mês de referência, constante do Relatório Analítico de Despesa, devidamente conferido e aprovado pelo GESTOR ou FISCAL do Contrato.

26.5. A emissão da ordem bancária será efetivada após o documento fiscal ser conferido, aceito e atestado por servidor responsável, caracterizando o recebimento definitivo, verificação da medição, que será realizada periodicamente, e ter sido verificada a regularidade da Empresa contratada, mediante consulta on-line ao Sistema Unificado de Cadastro de Fornecedores (SICAF), ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa disponível no Portal do CNJ e à Certidão Negativa (ou Positiva com efeito de Negativa) de Débitos Trabalhistas (CNDT), para comprovação, dentre outras coisas, do devido recolhimento das contribuições sociais (FGTS e Previdência Social) e demais tributos estaduais, federais e municipais, conforme cada caso.

26.6. Deverão constar na nota fiscal o número do empenho, modalidade e número da licitação, Número da Medição (quando for o caso), Período da Medição (quando for o caso) e o Número do Contrato utilizado e a descrição clara do objeto.

26.7. Além das descrições acima citadas, a Contratada deverá destacar no campo da Nota Fiscal/Fatura a retenção do IR, INSS e ISS, demonstrando a base de cálculo e respectivas alíquotas, em atendimento ao Decreto Estadual nº 11.107 de 19 de agosto de 2022 e Instrução Normativa RFB nº 1.234 de 11 de Janeiro de 2012, e suas alterações posteriores.

26.8. No caso de situação de isenção de recolhimento prévio de algum imposto, taxa ou contribuição, deverá ser consignada no corpo do documento fiscal a condição da excepcionalidade, o enquadramento e fundamento legal, acompanhado de declaração de isenção e responsabilidade fiscal, assinada pelo representante legal da empresa, com fins específicos e para todos os efeitos, de que é inscrita/enquadrada em sistema de apuração e recolhimento de impostos e contribuições diferenciado, e que preenche todos os requisitos para beneficiar-se da condição, nos termos da lei.

26.9. Os valores a serem pagos pela CONTRATANTE corresponderão exclusivamente aos serviços comprovadamente executados pela CONTRATADA, de acordo com as Ordens de Serviço emitidas pelo Gestor(a) e/ou Fiscal do Contrato.

26.10. Para efeito de faturamento dos combustíveis deverão ser realizados os seguintes procedimentos:

- a) Computar o total de litros por combustível fornecido;
- b) Multiplicar a litragem pelo preço à vista da bomba, na data que ocorreu o fornecimento, do fornecedor credenciado;
- c) Aplicar o desconto sobre o valor total da despesa mensal;
- d) Apurar os valores correspondentes às despesas de abastecimento e o percentual de desconto.
- e) Apresentar, até 05 (cinco) dias úteis a contar do último dia de encerramento do mês anterior, pré-faturamento com detalhes dos abastecimentos, para conferência por parte da CONTRATANTE e posterior aprovação para faturamento.

26.10.1. Os documentos elencados acima, deverão estar obrigatoriamente assinados e legíveis.

26.11. Na ocorrência de rejeição do documento fiscal motivado por erro ou incorreções, o mesmo será devolvido à empresa contratada para retificação e reapresentação, acrescendo-se, no prazo fixado para pagamento, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação.

26.12. Nos casos de eventuais atrasos injustificados de pagamento, desde que a Empresa contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Administração contratante, desde a data limite fixada para pagamento até a data do efetivo pagamento, será a seguinte:

$EM = N \times VP \times I / 365$, onde:

EM = Encargos moratórios a serem pagos pelo atraso de pagamento;

N = Número de dias de atraso contados entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso; e

I = IPCA anual acumulado (Índice de Preços ao Consumidor Ampliado do IBGE) / 100.

26.13. Na hipótese de pagamento de juros de mora e demais encargos por atraso, os autos devem ser instruídos com as justificativas e motivos, e ser submetidos à apreciação da autoridade superior competente, que adotará as providências para verificar se é ou não caso de apuração de responsabilidade, identificação dos envolvidos e imputação de ônus a quem deu causa à mora. (IN 06, DE 23 de dezembro de 2013 da SLTI do MPOG).

26.14. A CONTRATANTE pode deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas, ressarcimentos ou indenizações devidas pela CONTRATADA. Caso esse valor seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada administrativamente ou judicialmente, se necessário.

26.15. O desconto de qualquer valor no pagamento devido à CONTRATADA será precedido de processo administrativo em que será garantido à empresa o contraditório e a ampla defesa, com os recursos e meios que lhes são inerentes.

26.16. Não deverá ser efetuado pagamento à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária (quando for o caso), exceto nos casos de parcela incontroversa, ou seja, aquela sobre a qual não paire qualquer dúvida, e esta, será devidamente paga pela CONTRATANTE.

26.17. Para fins de pagamento, a CONTRATADA deverá estar devidamente cadastrada no Cadastro de Credor do Sistema de Administração Orçamentária, Financeira e Contábil – SAFIRA da Secretaria de Estado da Fazenda do Estado do Acre – SEFAZ, e atender todas as exigências necessárias, inclusive quanto à documentação obrigatória.

26.18. Os documentos de cobrança deverão ser entregues pela empresa contratada, no Departamento Estadual de Trânsito - Acre, localizado no município de Rio Branco/AC na Estrada Dias Martins nº 894, Bairro Jardim Primavera, CEP: 69918-084, no horário de expediente da Contratante, ou por e-mail a ser informado quando da assinatura do contrato.

26.19. Em nenhuma hipótese será efetuado pagamento de documento fiscal com o número do CNPJ/MF diferente do que foi apresentado na proposta de preços, mesmo que sejam empresas consideradas matriz e filial ou vice-versa, ou pertencentes ao mesmo grupo ou conglomerado.

26.20. Não será realizado qualquer tipo de pagamento através de boleto bancário ou por outro meio diferente do previsto no Contrato.

26.21. A Administração contratante, no momento do pagamento, providenciará as devidas retenções tributárias, nos termos da legislação vigente, exceto nos casos em que a empresa contratada comprovar, na forma prevista em lei, não lhe serem aplicáveis tais retenções.

26.22. Caso a empresa contratada seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das ME e EPP – SIMPLES, desde que não haja vedação legal para tal opção em razão do objeto executado, deverá apresentar, juntamente com o documento fiscal, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor.

26.23. **DA NOTA FISCAL**

26.23.1. As Notas Fiscais/Faturas deverão ser preenchidas em nome da:

- a) Departamento Estadual de Trânsito - Acre
- b) CNPJ nº 01.005.762/0001-43.
- c) Estrada Dias Martins nº 894, Bairro Jardim Primavera, Rio Branco - Acre, CEP: 69918-084.

26.23.2. Os serviços de abastecimento deverão ser contabilizados individualmente e os relatórios entregues acompanhados das respectivas Notas Fiscais/Faturas e documentos de regularidade fiscal, emitidas, no mínimo, em 2 (duas) vias.

26.23.3. O DETRAN/AC certificará a Nota Fiscal/Fatura somente após a conferência da sua regularidade, verificação de todos os abastecimentos e comprovação da entrega de toda documentação pertinente, não se obrigando a Divisão de Transportes do DETRAN/AC a enviar para pagamento as Notas Fiscais/Faturas que não estejam de acordo com os requisitos estabelecidos.

26.23.4. Considera-se ocorrido o recebimento da Nota Fiscal/Fatura no momento em que a CONTRATANTE atestar a execução do objeto do Contrato.

26.23.5. Será obrigatória a observância da Instrução Normativa da Controladoria Geral do Estado do Acre nº 002/2013 quanto à composição das Notas Fiscais/Faturas.

26.23.6. Os comprovantes da entrega de bem, material ou da prestação efetiva do serviço, no caso de Notas Fiscais ou Faturas, devem apresentar o preenchimento de todos os seus itens detalhadamente, não se admitindo rasuras, acréscimos, emendas, entrelinhas, generalizações ou abreviaturas que impossibilitem o conhecimento das despesas efetivamente realizadas, devendo ser obrigatório também a:

- I - Discriminação clara e detalhada do serviço prestado e/ou produto/material fornecido;
- II - Data de emissão do documento fiscal;
- III - Competência (período/mês em que o serviço foi executado);
- IV - Indicação da parcela ou medição a ser paga e total de parcelas ou medições a pagar referentes ao fornecimento/serviço, quando for o caso;
- V - Indicação do certame licitatório;
- VI - Indicação do número da ata, em caso de registro de preços;
- VII - Indicação do número da nota de empenho;

- VIII - Indicação do número do Contrato ou instrumento substituto; e
- IX - Indicação de contrato de empréstimo, agente financiador ou quaisquer outras informações solicitadas pela instituição concedente do recurso, quando for o caso.
- X - Nas Notas Fiscais/Faturas será ainda discriminado, pelo fornecedor ou prestador de serviço:
- XI - Todas as obrigações acessórias (IR, INSS, SEST/SENAT, ICMS, ISS);
- XII - Os valores referentes à mão-de-obra e a compra de materiais, quando for o caso;
- XIII - As informações que justifiquem a desobrigação fiscal e outros dados julgados necessários; e
- XIV - Em se tratando de subcontratação, deverá constar também o número do documento fiscal apresentado pela empresa SUBCONTRATADA e os respectivos valores.

26.23.7. A Nota Fiscal/Fatura deverá conter o detalhamento do valor devido a título de recolhimento de Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF, devendo ainda conter informações acerca da alíquota utilizada, caso contrário, ela deverá ser devolvida para retificação;

26.23.8. O documento fiscal deverá ser encaminhado juntamente com o(s) documento(s) de recolhimento Estadual (DAE);

26.23.9. As empresas cujo o documento fiscal contenha o recolhimento para o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), tem o prazo máximo para emissão/apresentação até o dia 10 de cada mês, do contrário, deverá emitir somente no próximo mês.

26.23.10. Quando houver mais de uma fonte orçamentária para os bens adquiridos, a Nota Fiscal/Fatura deverá ser emitida no valor de cada empenho.

26.23.11. A Nota Fiscal/Fatura que for apresentada com erro será devolvida à CONTRATADA para retificação e reapresentação, acrescendo-se, no prazo fixado para pagamento, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação.

26.23.12. Ocorrendo devolução da Nota Fiscal/Fatura por erros, rasuras, dúvidas ou outros motivos relevantes que causem ambiguidade, a contagem do prazo será iniciada a partir da nova data de entrega da Nota Fiscal/Fatura corrigida no protocolo da CONTRATANTE.

26.23.13. Na hipótese das Notas Fiscais/Faturas apresentarem erros, rasuras, dúvidas ou outros motivos relevantes que causem ambiguidade, a CONTRATANTE poderá pagar apenas a parcela não controvertida no prazo fixado para pagamento, ressalvado o direito da CONTRATADA de reapresentar, para cobrança, as partes controvertidas com as devidas justificativas, neste caso, a CONTRATANTE, a partir da devida análise, efetuará o respectivo pagamento no mesmo prazo do subitem acima.

27. DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO CONTRATUAL

27.1. Deverão ser observados os artigos 115 ao 123 da Lei nº 14.133/2021 em relação à inexecução e o art. 137 referente à rescisão dos contratos.

27.2. A inexecução total ou parcial do Contrato enseja a sua rescisão, se houver uma das ocorrências constantes da Lei 14.133/2021.

27.3. A rescisão do Contrato poderá ser:

- a) por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a IX do art. 137 da Lei nº 14.133/2021;
- b) amigável, por acordo entre as partes, reduzidas a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;
- c) judicial, nos termos da legislação.

27.4. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

27.5. Os procedimentos de rescisão contratual, tanto os amigáveis, como os determinados por ato unilateral da CONTRATANTE, serão formalmente motivados, assegurado à CONTRATADA, na segunda hipótese, o direito ao contraditório e à ampla defesa, mediante prévia e comprovada intimação da intenção da CONTRATANTE para que, se o desejar, a CONTRATADA apresente defesa no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados de seu recebimento e, em hipótese de desacolhimento da defesa, interponha recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da intimação da decisão rescisória.

28. DOS CRITÉRIOS DE REAJUSTE E REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

28.0.1. Não haverá reajuste contratual, considerando que a remuneração da contratada decorre exclusivamente do percentual de desconto ofertado, incidente sobre os valores dos combustíveis praticados pelos postos credenciados, inexistindo preço fixo a ser reajustado.

28.0.2. Fica assegurada, contudo, a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, nos termos do art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 14.133/2021, desde que comprovada detalhadamente e de forma objetiva, a ocorrência de fato imprevisível ou previsível de consequências incalculáveis que impacte diretamente a execução contratual, não se caracterizando como hipótese de reequilíbrio a mera variação dos preços dos combustíveis no mercado.

28.0.3. O pedido de reequilíbrio deverá ser formalmente comprovado pela contratada, mediante demonstração analítica devidamente detalhada da efetiva repercussão nos custos contratuais, cabendo à Administração a análise técnica e decisão motivada.

29. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

29.1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- I - Dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II - Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III - Dar causa à inexecução total do contrato;
- IV - Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V - Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI - Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII - Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII - Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX - Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI - Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- XII - Praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.](#)

29.2. **Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:**

- I - Advertência;
- II - Multa;
- III - Impedimento de licitar e contratar; e
- IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

29.2.1. **Na aplicação das sanções serão considerados:**

- I - A natureza e a gravidade da infração cometida;
- II - As peculiaridades do caso concreto;
- III - As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV - Os danos que dela provierem para a Administração Pública; e
- V - A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

29.3. Para todos os efeitos, os participantes do certame licitatório sujeitam-se à integralidade das sanções e condições dispostas no Capítulo I (Das infrações e sanções administrativas) da Lei Federal nº 14.133/2021, assim como nas disposições previstas no Decreto Estadual nº 11.363/2023.

29.4. Independentemente das sanções regulamentadas na legislação descrita no subitem acima, os participantes deste processo ficarão sujeitos, ainda, à composição das perdas e danos causados à Administração, bem como às responsabilidades civis e criminais pertinentes.

30. DAS CONSIDERAÇÕES GERAIS

30.1. Se vincularão ao futuro contrato, independentemente de transcrição: o Edital do Pregão Eletrônico para Registro de Preços e seus anexos, a Ata de Registro de Preços, bem como a proposta comercial da licitante.

30.2. Cabe à licitante a prestação dos serviços contratados dentro das condições e prazos estipulados.

30.3. No preço ofertado deverão estar acrescidos todas as despesas com materiais, mão-de-obra, impostos, seguros, tributos, incidências fiscais e contribuições de qualquer natureza ou espécie, trabalhistas, previdenciárias, salários, custos diretos e indiretos, frete, ferramentas, transporte, equipamentos e demais encargos sociais e outros decorrentes das atividades necessárias à perfeita prestação dos serviços, deduzidos os abatimentos ou eventuais descontos concedidos.

30.4. A aceitação pela CONTRATANTE de qualquer serviço, não exime a licitante de total responsabilidade sobre toda e qualquer irregularidade que porventura venha a existir;

30.5. A licitante está ciente, tem pleno conhecimento e compreensão das especificações técnicas, dos documentos e das demais condições apresentadas neste Termo, não podendo, pois, em nenhuma circunstância, alegar o seu desconhecimento e isentar-se de responsabilidade pela correta execução contratual.

30.6. A licitante está ciente de que deve guardar por si, por seus prestadores de serviços, ou prepostos, em relação aos dados, informações ou documentos de qualquer natureza, exibidos, manuseados, ou que por qualquer forma ou modo venham tomar conhecimento, o sigilo, em razão do objeto.

31. **DA PUBLICAÇÃO**

31.1. A publicidade do edital de licitação será realizada mediante divulgação e manutenção do inteiro teor do ato convocatório e de seus anexos no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), conforme art. 54 da Lei 14.133/2021.

32. **DOS CASOS OMISSOS**

32.1. Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei nº 14.133/2021 e Decreto Estadual nº 11.363/2023 e subsidiariamente, as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor com suas posteriores alterações e legislação correlata.

33. **DO FORO**

33.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Rio Branco/AC para dirimir quaisquer dúvidas referentes ao processo licitatório e procedimentos dele resultantes, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Elaborado por:

Aritana Oliveira de Sousa
Chefe da Divisão de Transporte
Portaria Nº 467 de 06/05/2025
DOE Nº 14.015

Responsável Técnico:

Aderlandio Barreto da Silva
Chefe da Divisão de Licitações, em exercício.
Portaria nº 253 - 20 de Março de 2026

Autorizado:

Taynara Martins Barbosa
Presidente do Departamento Estadual de Trânsito
DECRETO Nº 49-P DE 02/01/23
DOE Nº 13.444



Documento assinado eletronicamente por **ADERLANDIO BARRETO DA SILVA, Chefe de Divisão em exercício**, em 26/03/2026, às 08:40, conforme horário oficial do Acre, com fundamento no art. 11, § 3º, da [Instrução Normativa Conjunta SGA/CGE nº 001, de 22 de fevereiro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.sei.ac.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **0020035348** e o código CRC **61591577**.

ANEXO II DO EDITAL - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Processo nº 0068.008553.00022/2026-42

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº XX/2026

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº XX/2026

Aos ____ dias do mês de ____ de ____, o Departamento Estadual de Trânsito do Acre – DETRAN/AC, Pessoa Jurídica de Direito Público interno, ente Autárquico Estadual, inscrito no CNPJ sob o nº_____, com sede em (endereço completo), neste ato representado por seu Presidente, o(a) Sr(a). _____, (nacionalidade), portador(a) da cédula de identidade RG n.º _____ SSP/____ e inscrito(a) no CPF n.º _____, residente e domiciliado(a) neste Município e, seu Diretor Administrativo e Financeiro, o Sr. _____ (nacionalidade), portador da identidade RG n.º _____ SSP/____, inscrito no CPF n.º _____, domiciliado e residente neste Município, que no exercício de suas atribuições legais e regulamentares, doravante denominado **CONTRATANTE**, com fulcro nos termos da Lei nº 14.133/2021 e suas alterações, mediante as cláusulas e condições a seguir: e demais normas que regem a matéria, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas., observadas as alterações posteriores introduzidas nos referidos diplomas normativos, aplicáveis em face da classificação das propostas apresentadas no **Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº. ____/____**, constantes nos autos do Processo nº _____, e a respectiva homologação, publicada no Diário Oficial do Estado nº. _____, em ____/____/____, resolve **REGISTRAR OS PREÇOS** de acordo com o Edital e seus anexos, que passam a fazer parte integrante desta Ata, para eventual contratação dos itens elencados no Encarte, tendo sido, os referidos preços, oferecidos pela empresa _____, CNPJ nº _____, com sede em _____, neste ato representada por _____, RG: _____, CPF: _____, cuja proposta foi classificada em primeiro lugar no certame, mediante as cláusula e condições a seguir estabelecidas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Constitui objeto deste instrumento a eventual e futura contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviços de implantação e operacionalização de sistema informatizado de abastecimento e administração de despesas com combustíveis em postos credenciados, mediante uso de cartão eletrônico ou magnético, com fornecimento contínuo e ininterrupto de combustíveis para a frota pertencentes ou sob responsabilidade do Departamento Estadual de Trânsito - Acre, inclusive o serviço de recolhimentos com retenção dos encargos e tributos de obrigação da contratada em nome desta Autarquia por cada posto credenciado, a fim de atender as necessidades do Departamento Estadual de Trânsito - Acre, conforme especificações constantes no Termo de Referência, Edital do Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº ____/2026 e Encarte desta Ata de Registro de Preços nº ____/2026.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

ITEM	ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS	UNIDADE	VALOR ESTIMADO TOTAL DA QUANTIDADE DE CONSUMO (R\$)	PERCENTUAL DE DESCONTO	VALOR TOTAL (R\$)
------	------------------------	---------	--	------------------------------	----------------------

ITEM	ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS	UNIDADE	VALOR ESTIMADO TOTAL DA QUANTIDADE DE CONSUMO (R\$)	PERCENTUAL DE DESCONTO	VALOR TOTAL (R\$)
1	Prestação de serviço de implantação e operacionalização de sistema informatizado de abastecimento e administração de despesas com combustíveis em postos credenciados, mediante uso de cartão eletrônico ou magnético, com fornecimento contínuo e ininterrupto de combustíveis para frota pertencentes ou sob responsabilidade do Departamento Estadual de Trânsito - Acre, inclusive o serviço de recolhimentos com retenção dos encargos e tributos de obrigação da contratada em nome do Departamento Estadual de Trânsito - Acre por cada posto credenciado.	Serviço	R\$ 962.880,00		
VALOR TOTAL (R\$) 962.880,00 (novecentos e sessenta e dois mil, oitocentos e oitenta reais).					

2.1. O órgão gerenciador será o Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN/AC.

2.2. Além do gerenciador, não há órgãos e entidades públicas participantes do registro de preço.

3. **CLÁUSULA TERCEIRA – DA ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

3.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

a) apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

b) demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

c) consulta e aceitação prévia do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

3.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

3.3. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

3.4. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

3.5. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

3.6. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

4. **CLÁUSULA QUARTA – DOS LIMITES PARA AS ADESÕES**

4.1. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.2. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

5. **CLÁUSULA QUINTA – DA VEDAÇÃO A ACRÉSCIMO DE QUANTITATIVOS**

5.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

6. **CLÁUSULA SEXTA – VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA**

6.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir da data de sua assinatura, podendo

ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

6.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência inicial a contar da data de assinatura, estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

6.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

6.4. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.5. O instrumento contratual deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

6.6. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.7. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

6.8. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital ou no aviso de contratação direta e se obrigar nos limites dela;

6.9. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

6.10. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

6.11. Mantiverem sua proposta original.

6.12. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

6.13. O registro tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

6.14. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

6.15. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

6.16. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação direta; e

6.17. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços, o preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

6.18. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

6.19. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

6.20. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

6.21. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

6.22. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital ou do aviso de contratação direta, poderá:

6.23. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

6.24. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição

6.25. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que

devidamente justificada

7. CLÁUSULA SÉTIMA – ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

7.2. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

7.3. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

7.4. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

7.5. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

8. CLÁUSULA OITAVA – NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

8.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

8.2. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

8.3. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

8.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

8.5. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.6. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

8.7. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

8.8. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

8.9. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados

8.10. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

8.11. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

8.12. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

9. CLÁUSULA NONA – REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

9.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

- a) De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou
- b) De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

9.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

9.4. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

9.5. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

9.6. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

10.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

- a) Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
- b) Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
- c) Não aceitar manter seu preço registrado; ou
- d) Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

10.3. O cancelamento de registros será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

10.4. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

10.5. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

- a) Por razão de interesse público;
- b) A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
- c) Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES

11.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital ou no aviso de contratação direta.

11.2. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

11.3. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade.

11.4. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao edital ou aviso de contratação direta.

12.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

12.3. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 2 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

12.4. Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei nº 14.133/21 e Decreto Estadual nº 11.363/2023, com suas posteriores alterações e legislação correlata.

TAYNARA MARTINS BARBOSA
PRESIDENTE DO DETRAN/AC,
CONTRATANTE

ANDERSON DE SOUZA CASTRO
DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO
CONTRATANTE

CONTRATADA



Documento assinado eletronicamente por **ADERLANDIO BARRETO DA SILVA**, Chefe de Divisão em exercício, em 26/03/2026, às 08:52, conforme horário oficial do Acre, com fundamento no art. 11, § 3º, da [Instrução Normativa Conjunta SGA/CGE nº 001, de 22 de fevereiro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.sei.ac.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **0020045534** e o código CRC **C9FCB90F**.

ENCARTE I

EMPRESA: _____; CNPJ Nº _____, COM SEDE À
_____, REPRESENTADA NESTE ATO PELO SR.(A)
_____, CPF Nº _____, RG Nº _____ / (ÓRGÃO EXPEDIDOR) _____ / _____ (UF) _____

ITEM	ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS	UNIDADE	VALOR ESTIMADO TOTAL DA QUANTIDADE DE CONSUMO (R\$)	PERCENTUAL DE DESCONTO	VALOR TOTAL (R\$)
1	Prestação de serviço de implantação e operacionalização de sistema informatizado de abastecimento e administração de despesas com combustíveis em postos credenciados, mediante uso de cartão eletrônico ou magnético, com fornecimento contínuo e ininterrupto de combustíveis para frota pertencentes ou sob responsabilidade do Departamento Estadual de Trânsito - Acre, inclusive o serviço de recolhimentos com retenção dos encargos e tributos de obrigação da contratada em nome do Departamento Estadual de Trânsito - Acre por cada posto credenciado.	Serviço	R\$ 962.880,00		R\$ 962.880,00

ANEXO III DO EDITAL - MINUTA DO CONTRATO

MINUTA DE CONTRATO nº 21/2026/DETRAN - DLIC

CONTRATO DETRAN/AC Nº ____/____

PROCESSO LICITATÓRIO Nº _____

CONTRATO DETRAN/AC Nº XX/2026, QUE CELEBRAM ENTRE SI O DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DO ACRE – DETRAN/AC E A EMPRESA XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX.

O DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO – DETRAN/AC, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ sob o nº 01.005.762/0001-43, com sede na Estrada Dias Martins, 894, Jardim Primavera, no município de Rio Branco, Capital do Estado do Acre, neste ato representado por sua Presidente, _____, brasileira, RG _____ e CPF nº. _____, com delegação de competência fixada pela Portaria nº. _____, de ____ de _____ de 2008, publicada no D.O.E. de ____ de _____ de 200____, bem como, por seu Diretor Administrativo e Financeiro, brasileiro, casado, RG _____ e CPF nº. _____, com delegação de competência fixada pela Portaria nº. _____, de ____ de _____ de 2008, publicada no D.O.E. de ____ de _____ de 20____, doravante denominado **CONTRATANTE** e a Empresa _____, estabelecida na _____, inscrita no MF/CNPJ sob o nº. _____, neste ato representada por _____, (nacionalidade), (estado civil), portador do RG nº. ____-SSP/____ e do CPF nº. _____, doravante denominada **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente Contrato, decorrente do resultado da Licitação na modalidade **Pregão Eletrônico Por Registro de Preços nº. ____/202____, do tipo maior percentual de desconto**, constante do Processo nº. _____, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, Lei complementar nº 123/2006 e alterações, do Decreto Federal 10.024/19, observadas as alterações posteriores introduzidas nos referidos diplomas normativos, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Constitui objeto deste termo a contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviços de implantação e operacionalização de sistema informatizado de abastecimento e administração de despesas com combustíveis em postos credenciados, mediante uso de cartão eletrônico ou magnético, com fornecimento contínuo e ininterrupto de combustíveis para a frota pertencentes ou sob responsabilidade do Departamento Estadual de Trânsito - Acre, inclusive o serviço de recolhimentos com retenção dos encargos e tributos de obrigação da contratada em nome desta Autarquia por cada posto credenciado, a fim de atender as necessidades do Departamento Estadual de Trânsito - Acre., conforme especificações constantes no Termo de Referência, Edital do Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº ____/2026, Ata de Registro de Preços, Proposta apresentada na licitação e demais anexos.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DETALHAMENTO DO OBJETO

ITEM	ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS	UNIDADE	VALOR ESTIMADO TOTAL DA QUANTIDADE DE CONSUMO (R\$)	PERCENTUAL DE DESCONTO	VALOR TOTAL (R\$)
1	Prestação de serviço de implantação e operacionalização de sistema informatizado de abastecimento e administração de despesas com combustíveis em postos credenciados, mediante uso de cartão eletrônico ou magnético, com fornecimento contínuo e ininterrupto de combustíveis para frota pertencentes ou sob responsabilidade do Departamento Estadual de Trânsito - Acre, inclusive o serviço de recolhimentos com retenção dos encargos e tributos de obrigação da contratada em nome do Departamento Estadual de Trânsito - Acre por cada posto credenciado.	Serviço	R\$ 962.880,00		R\$ 962.880,00
VALOR TOTAL (R\$) 962.880,00 (novecentos e sessenta e dois mil, oitocentos e oitenta reais).					

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

3.1. O presente contrato fundamenta-se:

a) na Lei Federal nº 14.133/2021;

b) na Lei Federal nº 10.406/2002;

c) na Lei Federal nº 8.078/1990;

d) no Decreto Estadual nº 11.363/2023;

e) no Decreto Estadual nº 7.477/2014;

f) no Decreto Estadual nº 5.965/2010; e

g) nos demais normativos legais atinentes ao tema.

3.1.1. A execução da contratação, bem como os casos omissos, serão regulados pelas cláusulas contratuais e pelos preceitos de direito público, aplicando-lhes, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e das disposições do direito privado, na forma do art. 89 da Lei nº 14.133/2021, combinado com o inciso III do art. 92 do mesmo diploma legal.

3.1.2. Os serviços a serem executados e os materiais e equipamentos empregados na execução do objeto contratual deverão obedecer às prescrições e recomendações dos fabricantes relativamente ao emprego, uso, instalação de *softwares* e no caso de uso das máquinas de cartão.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes da contratação correrão à conta dos recursos consignados abaixo:

4.1.1. **Órgão:** Departamento Estadual de Trânsito - Acre;

4.1.2. **Programas de Trabalho:** 21.24.00.00 - Manutenção das Atividades Administrativas; 21.21.00.00- Educação de Trânsito; 21.22.00.00 - Engenharia de Trânsito e 21.23.00.00 - Fiscalização de Trânsito.

4.1.3. **Elementos de despesa:** 33.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica).

4.1.4. **Fonte de Recurso:** 17520700 (Recursos Provenientes da Arrecadação de Multas de Trânsito).

5. CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA E EFICÁCIA

5.1. DA VIGÊNCIA

5.1.1. O contrato **terá vigência inicial de 12 (doze) meses**, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado sucessivamente, na forma dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021, por se tratar de serviço de natureza contínua, indispensável à manutenção das atividades administrativas e operacionais do Departamento Estadual de Trânsito do Acre – DETRAN/AC.

5.1.2. A prorrogação ficará condicionada à manutenção das condições de habilitação da contratada e à existência de disponibilidade orçamentária.

5.2. DA EFICÁCIA

5.2.1. A eficácia do contrato e de seus eventuais termos aditivos ficará condicionada à divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no prazo de até 20 (vinte) dias úteis, contados da data de sua assinatura, nos termos do art. 94 da Lei nº 14.133/2021.

5.2.2. O contrato deverá observar, ainda, a legislação estadual pertinente quanto à publicação de seu extrato no Diário Oficial do Estado do Acre.

6. CLÁUSULA SEXTA – DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

6.1. A contratação deverá observar os seguintes requisitos, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021 e com as especificações constantes no Termo de Referência:

I – Implantação e disponibilização de sistema informatizado de gerenciamento de abastecimento, operado por meio de cartão eletrônico, magnético ou tecnologia superior, com funcionamento contínuo e ininterrupto;

II – Disponibilização de rede credenciada de postos de combustíveis apta a atender, de forma adequada e suficiente, a frota pertencente ou sob responsabilidade do Departamento Estadual de Trânsito – Acre, assegurando cobertura mínima nas localidades de atuação da Autarquia;

III – Controle eletrônico das transações, com identificação do veículo, condutor, data, horário, quantidade abastecida e valor da operação, garantindo rastreabilidade e transparência;

IV – Disponibilização de relatórios gerenciais detalhados, em tempo real ou por período, permitindo acompanhamento, auditoria e fiscalização pela Administração;

V – Execução do serviço de recolhimento com retenção dos encargos e tributos de obrigação da contratada, quando incidente sobre as operações realizadas pelos postos credenciados;

VI – Garantia de segurança da informação, integridade dos dados e sigilo das operações, observadas as normas aplicáveis; e

VII – Manutenção de central de atendimento para suporte técnico e operacional durante toda a vigência contratual.

6.2. Os requisitos mínimos acima visam assegurar a adequada execução contratual, a eficiência na gestão da frota e a correta aplicação dos recursos públicos, em observância aos princípios do planejamento, eficiência, economicidade e controle previstos na Lei nº 14.133/2021.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DA DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS E EXECUÇÃO DO OBJETO

7.1. DOS PRAZOS DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

7.1.1. A implantação do sistema de gerenciamento do abastecimento dos veículos deverá ocorrer em no máximo até 10 (dez) dias úteis após o recebimento da Ordem de Serviços emitido pela CONTRATANTE, incluindo a instalação de todos os equipamentos e insumos necessários à operação do sistema, o credenciamento dos postos indicados pela CONTRATADA, bem como o credenciamento e treinamento dos gestores e condutores.

7.1.2. O fornecimento dos combustíveis será iniciado a partir da entrega dos cartões magnéticos para toda a frota de veículos utilizados pela CONTRATANTE, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis após a entrega pela CONTRATANTE da Ordem de Serviços.

7.1.3. O prazo para atendimento e solução de problemas *quanto à regularização dos abastecimentos* de assistência técnica pela CONTRATADA, não poderá ser superior a 2 (duas) horas, *em dias úteis, finais de semana e feriados*, considerando o horário comercial de 07h às 14h15 (horário do Acre), devendo apresentar justificativa e solicitação de prorrogação deste prazo por escrito, quando for o caso.

7.2. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA EXECUÇÃO

7.2.1. Os requisitos básicos do serviço objeto da contratação envolvem os descritos a seguir.

7.2.2. Promover o gerenciamento informatizado do abastecimento dos veículos utilizados pelo Departamento Estadual de Trânsito - Acre, compreendendo a implantação e gestão de um sistema tecnológico, com plataforma on-line, específico com metodologia de cadastramento dos veículos utilizados, dos gestores, do controle e da logística, possibilitando o abastecimento e a fiscalização financeira e operacional, em caráter contínuo, ficando a cargo da contratada a comprovação em planilha dos valores a serem retidos com os recolhimentos de IRRF, ISS, DAE, DAM e outros tributos decorrentes da natureza da despesa dos postos credenciados em nome do Departamento Estadual de Trânsito - Acre, bem como o encaminhamento das Notas Fiscais emitidas pelos postos credenciados, contemplando:

a) Rede de Postos para o fornecimento de combustíveis, credenciando estabelecimentos idôneos para o fornecimento dos combustíveis, destinados aos diversos tipos de marcas e modelos de veículos utilizados pelo Departamento Estadual de Trânsito - Acre e os que porventura venham a ser adquiridos durante a vigência do Contrato;

b) A Rede Credenciada de Postos deverá fornecer, no mínimo, os seguintes combustíveis: **Gasolina comum e Óleo Diesel S-10;**

c) Informatização dos controles através de sistema integrado de gestão de frota, possibilitando o lançamento de dados, emissão de relatórios financeiros, operacionais e gerenciais, que permitam controle total dos gastos;

d) Informatização de comprovantes de recolhimentos de IRRF, ISS, DAE, DAM e outros tributos decorrentes da natureza da despesa dos postos credenciados em nome do Departamento Estadual de Trânsito - Acre, conforme pontuado no Decreto Estadual nº 11.107, de 19 de agosto de 2022 e outros que porventura regulam os recolhimentos do Estado.

7.2.3. Disponibilizar relatórios gerenciais e operacionais informatizados, contendo: identificação, tipo de combustível, quantidade de litros, local, hora, data de cada abastecimento e número de quilômetros por litro de combustível, no caso de veículos (caminhonetes, motocicletas, quadriciclos e caminhão).

7.2.4. Disponibilizar Sistema de Gerenciamento e Administração, voltado ao abastecimento e controle do consumo de combustíveis, contendo os seguintes dados:

a) Identificação do veículo utilizados:

- Marca/modelo;
- Ano de fabricação;
- Chassi;
- Placa/Patrimônio;
- Tipo de combustível;
- Capacidade do tanque; e
- Autonomia de rodagem Km/litro.

b) Controle do abastecimento do veículo:

- Data;
- Hora;
- Tipo de combustível;
- Quantidade de litros;
- Valor unitário da bomba;

- Valor total;
- Local do abastecimento;
- Hodômetro; e
- Nome do condutor/operador do veículo e espaço para sua assinatura.

7.2.5. Emitir relatórios cadastrais e gerenciais, tais como:

a) Cadastro de veículo:

- Marca;
- Modelo;
- Ano de fabricação;
- Chassi;
- Cor;
- Patrimônio;
- Placa; e
- Unidade de lotação.

b) Cadastro de usuários:

- Gestores.

c) Relatório de Recolhimentos de tributos em nome do Departamento Estadual de Trânsito - Acre por cada posto de combustível credenciado:

- Por posto, deve ser apresentada a nota fiscal;
- Por posto, deve ser apresentada a emissão do recolhimento de Imposto de Renda Retido na Fonte (DAE) e respectivo comprovante de pagamento;
- Por posto, deve ser apresentada a emissão do recolhimento de Imposto Sobre Serviços Municipais (ISS), por meio da emissão de documento de arrecadação municipal (DAM), com respectivo comprovante de pagamento.

d) Outros relatórios de interesse do Órgão.

7.2.6. Permitir, durante a execução do Contrato, a inclusão/exclusão de veículos listados pelo Departamento Estadual de Trânsito - Acre.

7.2.7. A transmissão dos dados de abastecimento e do condutor/operador ao servidor do sistema deverá ser realizada em tempo real, salvo impossibilidade técnica devidamente comprovada pelo gestor do sistema. Nesta hipótese, os dados deverão ser transmitidos em até 24 (vinte e quatro) horas.

7.2.8. A transmissão dos dados relativos ao abastecimento e ao condutor poderá ser efetuada por qualquer forma de tecnologia de transmissão de dados, tais como: rádio frequência, sistema de posicionamento global (GPS), cabeados, dentre outros.

7.2.9. Os postos de abastecimento, bem como seus equipamentos, deverão ser certificados no âmbito do Sistema Brasileiro de Certificação, quando obrigatório; deverão estar em conformidade com as normas técnicas expedidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT (com destaque para NBR 13312, NBR 14639, NBR 15461 e NBR 17505).

7.2.10. Os postos credenciados deverão funcionar continuamente, durante todos os dias da semana, inclusive feriados.

7.2.11. O Departamento Estadual de Trânsito - Acre deverá ter acesso aos dados dos abastecimentos realizados a partir dos Contratos firmados.

7.2.12. Oferecer treinamento para Gestores e Usuários da CONTRATANTE, visando o gerenciamento de todo o sistema nos softwares utilizados pela CONTRATADA, nas seguintes condições mínimas:

- a) Treinamento presencial;
- b) Carga horária mínima de 8h;
- c) Local cedido pela CONTRATANTE; e
- d) Quantidade mínima de participantes: 10 servidores.

7.2.13. Deverá ser disponibilizado ao Departamento Estadual de Trânsito - Acre, acesso a software ou programa, via internet, com funcionamento on-line (tempo real), para a alimentação e alteração de parâmetros, bloqueio/desbloqueio de abastecimentos, bem como o gerenciamento das demais ocorrências, e também para a obtenção de informações relativas aos abastecimentos por meio de consultas e relatórios.

7.2.14. O Departamento Estadual de Trânsito - Acre poderá utilizar toda a rede de postos de abastecimento disponibilizados pela CONTRATADA, para abastecer suas unidades consumidoras.

7.3. DO SOFTWARE

7.3.1. O Software será disponibilizado à CONTRATANTE, para utilização durante o prazo da vigência contratual, devendo apresentar listagem contendo sua identificação e numeração.

7.3.2. O Software de gerenciamento integrado deverá emitir relatórios gerenciais de controle da situação (histórico de quilometragem, etc.) e das despesas de abastecimento de combustível de cada um dos veículos utilizados pelo CONTRATANTE, com as funcionalidades mínimas descritas:

- a) Consolidação dos dados, permitindo a concentração destes e a emissão de relatórios nas bases de gerenciamento, localizadas onde a CONTRATANTE indicar;
- b) Informatização dos dados de consumo; e
- c) Promoção de instalação de Bases de Gerenciamento, em locais determinados pela CONTRATANTE, onde a CONTRATADA instalará os softwares de gerenciamento da frota do sistema, permitindo o acesso on-line a todos os dados relativos aos veículos e emissão, a qualquer momento, de relatórios gerenciais.

7.3.3. Todo e qualquer ônus referente a direitos de propriedade industrial, marcas e patentes, segredos comerciais e outros direitos de terceiros, bem como a responsabilidade por sua violação, suas consequências e efeitos jurídicos, são de responsabilidade da CONTRATADA, se esta tiver dado causa por sua culpa ou dolo, que deverá por eles responder, e defender a CONTRATANTE em juízo, ou fora dele, contra reclamações relacionadas com o assunto.

7.3.4. A utilização das ferramentas tipo softwares será precedida de treinamento específico e obedecerá aos manuais e procedimentos que os acompanharem, sendo de responsabilidade da CONTRATADA, a manutenção e/ou substituição dos equipamentos que se mostrarem insatisfatórios à plena execução dos serviços.

7.3.5. Deverá haver pelo menos 02 (dois) perfis de acesso ao software disponibilizado:

I - Gestor Master de Contrato Frota DETRAN/AC: terá acesso irrestrito às informações dos abastecimentos das unidades consumidoras. Podendo incluir ou alterar parâmetros para as unidades consumidoras e terá acesso às informações dos abastecimentos de todas as unidades consumidoras (UCs). Deverá estabelecer o nível de acesso permitido (consulta/administração) ao software para cada unidade e usuário, podendo um ou mais usuários terem acesso completo ou parcial a toda a sua frota, de acordo com suas respectivas responsabilidades e terá acesso às informações dos abastecimentos de todas as unidades consumidoras. Deverá determinar os parâmetros para o conjunto das suas unidades consumidoras.

II - Gestor de Frota de Administrativo: Divisão ou Departamento do DETRAN/AC. Podendo ter um ou mais gestores com acesso às informações dos abastecimentos das unidades consumidoras vinculadas a ela, possuindo apenas acesso à visualização para consulta de dados.

7.3.6. O software deverá permitir aos gestores de frota parametrizar a liberação e/ou o bloqueio do abastecimento, no mínimo, por:

- a) Número de transações (por dia, semana, mês);
- b) Horário e dia do abastecimento;
- c) Média KM percorrido por litro (Km/l);
- d) Tipo de combustível;
- e) Veículo e/ou unidade do órgão e entidade;
- f) Capacidade do tanque do veículo;
- g) Limite de crédito mensal por UC (diário ou mensal, quando o caso).

7.3.7. O software também deverá permitir que o Gestor Master estabeleça uma quota, em valor ou volume, para a frota do órgão/entidade, ou frota de uma unidade do órgão/entidade, ou para os veículos, individualmente. Estas quotas poderão ser alteradas e redistribuídas e terão como limite ou teto o saldo total de combustível estabelecido pelo do órgão/entidade para as suas unidades consumidoras. A alimentação das quotas mensais poderá ser feita manual ou automaticamente, quando for o caso.

7.3.8. Todo abastecimento realizado fora dos critérios ou parâmetros definidos deverá ser identificado e apresentado de forma diferenciada no software.

7.3.9. Deverá ser possível aos Gestores Master e de Frota emitirem relatórios gerenciais, operacionais e financeiros para controle e gestão das informações sobre as unidades consumidoras e suas respectivas despesas com os abastecimentos. Estes relatórios poderão ser detalhados ou consolidados por período (dia, semana, mês, etc.); unidade, órgão, Estado e local de abastecimento (posto e município), durante todo o período de vigência do contrato. Tais relatórios poderão contemplar também o desempenho dos veículos, tais como consumo e quilometragem percorrida; preços históricos unitários em R\$/L por tipo de combustível, além dos possíveis desvios em relação aos parâmetros adotados.

7.3.10. Os relatórios relativos aos abastecimentos de combustível, gestão e controle das unidades consumidoras dos órgãos participantes poderão ser exibidos em tela, impressos e salvos em alguma extensão de arquivo, tais como, XLS, PDF, TXT, DOC, etc.

7.3.11. A CONTRATADA deverá disponibilizar serviço de atendimento, mediante linha telefônica (0800) a ser utilizado na ocorrência de falhas nos equipamentos, no caso de máquinas de cartão, e dispositivos dos postos ou unidades consumidoras, devido à falta de energia, defeitos ou qualquer outro motivo, a fim de que todos os dados da transação sejam registrados no sistema no ato do abastecimento.

7.3.12. A CONTRATADA deverá permitir e viabilizar a integração do seu software com os sistemas legados do Estado

do Acre.

7.4. DOS CARTÕES MAGNÉTICOS OU ELETRÔNICOS

7.4.1. Disponibilizar, no mínimo, 01 (um) cartão magnético ou eletrônico para cada veículo utilizados, que deverá ser individual e intransferível; e 01 (um) cartão magnético ou eletrônico livre, que servirá, eventualmente, para abastecer a frota de outros órgãos que estiverem prestando serviço para a Administração.

7.4.2. O cadastramento de cada cartão deve ser vinculado o número de patrimônio do veículo.

7.4.3. Adotar sistema de segurança que vincule o cartão à frota, de forma que impeça o abastecimento de outros veículos utilizados que não sejam autorizados pela CONTRATANTE, permitindo o controle sobre todos os abastecimentos, veículos e condutores.

7.4.4. Disponibilizar senhas individuais para os servidores que serão indicados pela CONTRATANTE.

7.4.5. O uso indevido do cartão magnético ou eletrônico da frota, não autorizado, cancelado ou bloqueado pela base operacional, se constatado, será considerado falha do sistema e as despesas efetivadas serão suportadas pela CONTRATADA.

7.4.6. Os cartões magnéticos ou eletrônicos deverão ser individuais para identificação dos veículos utilizados e realização dos abastecimentos na rede credenciada, sem ônus à CONTRATANTE no primeiro fornecimento.

7.4.7. Os cartões magnéticos ou eletrônicos poderão ser substituídos pela CONTRATADA, individualmente, sem ônus adicional à CONTRATANTE, quando ocorrer um dos seguintes eventos:

- a) Extravio do cartão, pela primeira vez, por parte do usuário;
- b) Danificação do cartão, pela primeira vez, por parte do usuário;
- c) Quando ocorrer o desgaste natural ou se verificar a necessidade técnica de substituição do cartão.

7.4.8. A CONTRATADA deverá apresentar o preço unitário de emissão do cartão magnético ou eletrônico, a fim de eventuais necessidades de aquisições por parte da CONTRATANTE, nas condições em que a sua disponibilização não for gratuita.

7.5. DA MÁQUINA DE CARTÃO EM POSTOS DE ABASTECIMENTO

7.5.1. Será de obrigatoriedade da CONTRATADA o cadastramento e contratação de postos de combustíveis que apresentem uma maquineta de abastecimento para a frota operacional.

7.5.2. Todas as taxas decorrentes do uso da máquina destinada à contabilidade dos abastecimentos deverão ocorrer pelo posto cadastrado.

7.6. DO CONTROLE E SEGURANÇA DO SISTEMA

7.6.1. Deverão ser atendidas as seguintes garantias e exigências mínimas de segurança do sistema:

- a) Sistema de segurança que impeça o abastecimento de outros veículos que não sejam autorizados pela CONTRATANTE, permitindo o controle sobre todos os abastecimentos;
- b) Uso do cartão para qualquer operação somente será possível após a digitação de uma senha válida do usuário;
- c) Bloqueio do cartão de veículos/usuários, realizado pela CONTRATANTE, que deverá ser feito on-line a partir da Sede do DETRAN/AC em Rio Branco/AC;
- d) Deverá ser possível a troca/validação da senha do usuário, sempre que houver necessidade;
- e) Cancelamento do cartão, que somente poderá ser feito por servidor designado pelo Fiscal do Contrato ou credenciado pela CONTRATANTE para esse fim;
- f) As placas/patrimônio dos veículos cadastrados, pertencentes ao Departamento Estadual de Trânsito - Acre, serão vinculadas aos cartões magnéticos/eletrônico;
- g) O abastecimento de combustíveis, junto aos postos de abastecimento e demais estabelecimentos da rede, só poderá ser efetivado por meio do uso do cartão magnético ou eletrônico.

7.6.2. A empresa CONTRATADA não será responsável por nenhum reembolso de valor decorrente do uso de cartão perdido, furtado ou roubado que não for bloqueado tempestivamente pela CONTRATANTE.

7.7. DA GARANTIA DO SERVIÇO

7.7.1. A CONTRATADA deverá garantir a qualidade do combustível e arcar com qualquer prejuízo à CONTRATANTE decorrente de sua utilização;

7.7.2. Ficará sobre a inteira responsabilidade da CONTRATADA a garantia da qualidade mínima do combustível fornecido, sob pena das sanções cabíveis.

7.7.3. A CONTRATANTE se reserva no direito de colher amostras do combustível, se necessário, para análise de qualidade, compatibilidade, autenticidade e outros que se fizerem necessários.

7.8. DOS VEÍCULOS

7.8.1. Os veículos utilizados pelo Departamento Estadual de Trânsito - Acre, serão informados à CONTRATADA até a data da ordem de serviço emitido pela CONTRATANTE, com suas respectivas especificações técnicas, agrupado por tipo de combustível e placa.

7.8.2. Os veículos utilizados poderão ser alterados por meio de novas aquisições e/ou desfazimento.

7.8.3. **DAS CIDADES COM POSTOS DE ABASTECIMENTO**

7.8.4. A CONTRATADA deverá credenciar até a data da assinatura do contrato os postos para realizarem os abastecimentos necessários da CONTRATANTE nas cidades indicadas abaixo, com as respectivas quantidades mínimas de postos de abastecimento;

7.8.5. Os postos credenciados deverão estar sediados dentro do perímetro urbano dos municípios indicados abaixo;

7.8.6. A indicação dos municípios representam uma quantidade de mínima de atendimento às necessidades da Administração, não devendo ser caracterizado como delimitação exata do perímetro de possíveis abastecimentos a serem realizados, tendo em vista que, conforme a necessidade de deslocamento de cada unidade do DETRAN/AC os abastecimentos poderão ser realizados em qualquer posto que for credenciado pela CONTRATADA, independente da localidade, podendo ser interestadual ou intermunicipal.

Nº	MUNICÍPIO	QUANTIDADE MÍNIMA DE POSTOS CREDENCIADOS
1	Acrelândia	01
2	Assis Brasil	01
3	Brasiléia	01
4	Bujari	01
5	Capixaba	01
6	Cruzeiro do Sul	03
7	Epitaciolândia	01
8	Feijó	01
9	Jordão	01
10	Mâncio Lima	01
11	Manoel Urbano	01
12	Marechal Thaumaturgo	01
13	Plácido de Castro	01
14	Porto Acre	01
15	Porto Walter	01
16	Rio Branco	06
17	Rodrigues Alves	01
18	Santa Rosa do Purus	01
19	Sena Madureira	01
20	Senador Guiomard	01
21	Tarauacá	01
22	Xapuri	01
TOTAL		29

8. **CLÁUSULA OITAVA – DO VALOR**

8.1. O valor deste contrato é de R\$ xx.xxx,xx (xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx).

9. **CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

9.1. **Constituem obrigações da CONTRATANTE as previstas no Edital e na legislação pertinente.**

9.2. Efetuar o pagamento à CONTRATADA de acordo com o estabelecido no Contrato e no Termo de Referência.

9.3. Zelar pela boa qualidade do serviço, receber, apurar e solucionar queixas e reclamações dos usuários.

9.4. Comunicar à CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades porventura verificadas na execução dos serviços, para imediata correção, sem prejuízo das sanções cabíveis.

9.5. Comunicar oficialmente a CONTRATADA, quaisquer falhas ocorridas, consideradas de natureza grave.

9.6. Proporcionar todas as condições necessárias para que a CONTRATADA possa realizar suas obrigações, dentro das normas e condições estabelecidas no presente Termo de Referência e no Contrato.

9.7. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA.

9.8. Exercer a seu critério e através de servidor designado, ampla, irrestrita e permanente fiscalização da execução do Contrato.

9.9. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato através de servidor designado como representante da Administração, que anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do Contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados; e, ainda, atestará as Notas Fiscais/Faturas e recibos para fins de pagamento.

9.10. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, até mesmo perante terceiro, por qualquer irregularidade, inclusive resultante de imperfeições técnicas, emprego de material inadequado ou de qualidade inferior. Na ocorrência destas imperfeições ou emprego de material inadequado não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos.

9.11. A CONTRATANTE poderá exigir o imediato afastamento de qualquer empregado ou preposto da CONTRATADA que causar embaraços à fiscalização, que se conduza de modo inconveniente ou incompatível com o exercício das funções que lhe forem conferidas.

9.12. A CONTRATANTE reserva-se no direito de descontar nas Notas Fiscais/Faturas, os débitos e multas da CONTRATADA previstas no Contrato, bem como os valores pagos a terceiros a título de ressarcimento de danos causados pela CONTRATADA.

9.13. A CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA e de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9.14. Aplicar à CONTRATADA as penalidades regulamentares e contratuais cabíveis.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. Constituem obrigações da CONTRATADA as previstas no Edital e na legislação pertinente.

10.2. A CONTRATADA deverá exigir dos postos credenciados maquineta de cartão específica para os atendimentos com abastecimento, como parte integrante da prestação do serviço, tendo em vista que há postos em que a internet não está operante e há dificuldade de acesso à internet do Estado.

10.3. A CONTRATADA não poderá suspender a prestação dos serviços, mesmo em casos de atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos, devidos pela Administração decorrentes de obras, serviços ou fornecimento, ou parcelas destes, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação.

10.4. Em casos de suspensão de serviços decorrentes do não pagamento pela CONTRATANTE, a CONTRATADA deverá notificar formalmente a CONTRATANTE, antes de efetuar tal suspensão.

10.5. Prestar os serviços na forma e nos prazos estabelecidos, observadas as especificações técnicas e demais condições apresentadas neste Termo, seguindo ordens e orientações da CONTRATANTE.

10.6. Os serviços deverão ser executados dentro do melhor padrão de alto nível de qualidade e confiabilidade, observadas as normas da ABNT, podendo a CONTRATANTE recusar os serviços que não atenderem a tal requisito.

10.7. Sempre que for solicitado pela fiscalização, a CONTRATADA deverá apresentar os certificados e garantias dos serviços ofertados.

10.8. Permitir e subsidiar com informações, o acompanhamento da fiscalização por parte da CONTRATANTE.

10.9. Apresentar os relatórios de fornecimento, quando solicitado.

10.10. Designar, por escrito, um responsável na qualidade de preposto, para representá-la durante a execução do Contrato, bem como para dirimir questões relacionadas à execução do Contrato.

10.11. Propiciar todos os meios e facilidades necessárias à fiscalização dos serviços pela CONTRATANTE, cujo representante terá poderes para sustar o serviço, total ou parcialmente, em qualquer tempo, sempre que considerar a medida necessária e recusar os serviços que julgar inadequados.

10.12. Comunicar à CONTRATANTE, por escrito, qualquer anormalidade em relação ao objeto do Contrato e prestar os esclarecimentos julgados necessários pela CONTRATANTE.

10.13. Relatar à fiscalização do Contrato toda e qualquer irregularidade, inclusive de ordem funcional, constatada durante a execução dos serviços, cujo saneamento dependa de autorização para execução ou de providências por parte da CONTRATANTE, especialmente se representar risco para o patrimônio da CONTRATANTE.

10.14. Comunicar à CONTRATANTE qualquer alteração em seu contrato social ou modificação da sua finalidade ou da sua estrutura, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a contar do arquivamento dos documentos no Cartório de Registro específico.

10.15. Manter atendimento com a CONTRATANTE objetivando evitar interrupções ou paralisações durante a execução do Contrato.

10.16. Atender imediatamente as determinações do representante da CONTRATANTE inerentes à execução do objeto contratual.

10.17. Manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme art. 92, XVI da lei 14.133/2021, assegurando a qualidade

na prestação de seus serviços.

10.17.1. A não manutenção das condições de habilitação pela CONTRATADA poderá dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções.

10.17.2. O DETRAN/AC, deverá ser informada sempre que houver alteração do Contrato Social da Empresa, através do envio de cópia do contrato atualizado.

10.18. Apresentar, durante toda a execução do Contrato, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas, especialmente, encargos sociais, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais.

10.19. A CONTRATADA será obrigada a obter todas as licenças, aprovações e autorizações necessárias a execução dos serviços, responsabilizando-se pelo pagamento de todas as taxas e/ou emolumentos legais vigentes prescritos, observando as Leis, Regulamentos, Normas e Posturas referentes aos serviços e à segurança pública, além de arcar com o pagamento de seguro pessoal, despesas decorrentes das leis trabalhistas e impostos, transporte de pessoal, alimentação, salários, e demais custos para realização dos serviços contratados.

10.20. Assumir total responsabilidade por qualquer dano causado, por culpa ou dolo na execução do Contrato, à CONTRATANTE, a seus prepostos ou terceiros, provocados por ação ou omissão, em decorrência da execução do Contrato, não cabendo à CONTRATANTE, em nenhuma hipótese responsabilidade por danos diretos, indiretos ou lucros cessantes decorrentes.

10.21. Responsabilizar-se por todos e quaisquer ônus decorrente da execução do Contrato, especialmente os encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes sobre a prestação de serviços, isentando a CONTRATANTE de eventual não observância das prescrições legais pertinentes.

10.22. Responder integralmente, por perdas e danos que vier a causar a CONTRATANTE ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou de seus prepostos, independente de outras combinações contratuais ou legais que estiver sujeita.

10.23. Responder, civil e penalmente, por quaisquer danos materiais ou pessoais ocasionados à CONTRATANTE e/ou a terceiros, por seus empregados, dolosa ou culposamente, nos locais de trabalho.

10.24. Ressarcir o valor correspondente aos danos causados em bens de propriedade da CONTRATANTE, o qual será calculado de acordo com o preço de mercado e recolhido por depósito a favor da CONTRATANTE. Caso os valores devidos não restarem pagos ou depositados, será automaticamente descontado do pagamento a que a CONTRATADA fizer jus. Em caso de saldo insuficiente, o valor complementar será cobrado administrativa e/ou judicialmente.

10.25. Emitir Nota Fiscal/Fatura no valor apurado para o período que equivale ao consumo mensal, obedecendo às condições do Contrato, apresentando à CONTRATANTE para atesto e pagamento.

10.26. Disponibilizar rede de postos de abastecimento nas localidades onde a CONTRATANTE possui frota de veículo.

10.27. Reconhecer os direitos da Administração previstos neste instrumento e na legislação pertinente em caso de inexecução total ou parcial do contrato, sem prejuízo da sua rescisão.

10.28. Aceitar os acréscimos ou supressões que julgados necessários pela CONTRATANTE nos parâmetros estabelecidos no art. 125 da Lei 14.133/2021 e legislação correlata.

10.29. A CONTRATADA deverá se adequar às alterações trazidas pelo Decreto nº 11.107 de 19 de agosto de 2022 – Diário Oficial do Estado do Acre nº 13.355, tendo por base o art. 157, I e o art. 158, I ambos da Constituição Federal de 1988, quanto a **retenção do valor do Imposto de Renda Retido na Fonte – IR**, constando-o em documento fiscal, pois caso contrário, este deverá ser devolvido para retificação. Caso a empresa seja optante pelo Simples Nacional deverá apresentar, juntamente com a Nota Fiscal/Fatura, a devida comprovação.

10.30. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do Contrato.

10.31. O descumprimento total ou parcial das responsabilidades assumidas pela CONTRATADA em decorrência da execução do Contrato ensejará a aplicação de sanções administrativas previstas no instrumento convocatório e na legislação vigente.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO DO CONTRATO

11.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas legais aplicáveis, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

11.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

11.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

11.4. O órgão poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

11.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante

da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

- 11.6. A gestão e a fiscalização do Contrato serão de responsabilidade do Departamento Estadual de Trânsito - Acre.
- 11.7. A gestão e a fiscalização do Contrato serão efetuadas por servidores designados pelo Departamento Estadual de Trânsito - Acre.
- 11.8. A designação será realizada por meio de publicação de Portaria no Diário Oficial do Estado do Acre.
- 11.9. Será obrigatória a observância da Instrução Normativa da Controladoria Geral do Estado do Acre nº 001/2016 que dispõe sobre as funções de GESTOR e de FISCAL de contratos administrativos no âmbito da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo Estadual, bem como a observância do Manual de Gestão e Fiscalização dos Contratos Administrativos do Estado do Acre.
- 11.10. O exercício da gestão e fiscalização pela CONTRATANTE não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos.

11.11. **DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

- 11.11.1. A gestão e a fiscalização do Contrato serão de responsabilidade do DETRAN/AC;
- 11.11.2. A gestão e a fiscalização do Contrato serão efetuadas por servidores designados pelo DETRAN/AC;
- 11.11.3. A designação será realizada por meio de publicação de Portaria no Diário Oficial do Estado do Acre.
- 11.11.4. Será obrigatória a observância da **Instrução Normativa da Controladoria Geral do Estado do Acre nº 001/2016** que dispõe sobre as funções de GESTOR e de FISCAL de contratos administrativos no âmbito da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo Estadual, bem como a observância do **Manual de Gestão e Fiscalização dos Contratos Administrativos do Estado do Acre**.
- 11.11.5. O gerenciamento e a fiscalização da execução do Contrato consistem na verificação da conformidade da execução do procedimento e do objeto contratado, de forma a assegurar o perfeito cumprimento das leis e do Contrato, devendo ser exercidos por representantes da Administração, especialmente designados na forma do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.
- 11.11.6. O exercício da gestão e fiscalização pela CONTRATANTE não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, em conformidade com o art. 119 da Lei nº 14.133/2021.
- 11.11.7. A comunicação entre a gestão e/ou fiscalização contratual e a CONTRATADA será por meio escrito, sempre que se entender necessário o registro de ocorrência relacionada com a execução da contratação.
- 11.11.8. O GESTOR DO CONTRATO e o FISCAL DO CONTRATO designados pela CONTRATANTE:
- a) são responsáveis pelo ateste das faturas dos bens fornecidos, desde que cumpridas as exigências estabelecidas no Contrato e seus anexos.
 - b) podem sustar qualquer entrega que esteja em desacordo com o especificado, sempre que essa medida se tornar necessária.
 - c) devem informar à **CONTRATADA** sobre as alterações trazidas pelo Decreto nº 11.107 de 19 de agosto de 2022 – Diário Oficial do Estado do Acre nº 13.355, tendo por base o art. 157, I e o art. 158, I ambos da Constituição Federal de 1988, e solicitar que o valor do Imposto de Renda Retido na Fonte– IR conste no documento fiscal, caso contrário, este deverá ser devolvido para retificação.
 - d) possuem responsabilidade jurídica (nas esferas administrativa, civil e criminal) por ações ou omissões, dolosas ou culposas, desde que contrárias à lei;

11.12. **QUANTO AO GESTOR DO CONTRATO**

- 11.12.1. Considera-se GESTOR DO CONTRATO: servidor, comissão ou setor especialmente designado para representar a Administração e verificar a execução administrativa e procedimental do contrato.
- 11.12.2. São atribuições do GESTOR DO CONTRATO, sem prejuízo das demais previstas no Manual de Gestão e Fiscalização dos Contratos Administrativos do Estado do Acre:
- I - Conhecer o inteiro teor do Edital e seus anexos ou da Ata de Registro de Preços, do Instrumento Contratual e seus eventuais aditivos;
 - II - Gerenciar todo o Processo Administrativo de Despesa Pública – PADP referente à contratação, nos termos da Instrução Normativa CGE nº 002/2013;
 - III - Assegurar-se do cumprimento integral das obrigações contratuais assumidas, com qualidade e em respeito à legislação vigente;
 - IV - Solicitar periodicamente ao fiscal do contrato relatório das ocorrências para que, sendo o caso,

possa tomar as providências cabíveis a fim de corrigi-las;

V - Atuar em tempo hábil na solução dos problemas de sua alçada que venham a ocorrer ao longo da execução contratual;

VI - Analisar notas/glosas escritas pelo fiscal, a fim de constatar a possível necessidade de descontos a serem realizados no valor mensal dos serviços/compras, informando-as ao setor financeiro;

VII - Encaminhar formalmente as demandas ao preposto por meio de ordem de serviço/entrega ou fornecimento;

VIII - Repassar ao Fiscal de Contratos todas as informações e documentos relativos ao contrato, para que este último possa bem fiscalizá-lo;

IX - Dar publicidade e manter semanalmente atualizados os dados de cada PADP sob sua gerência por meio da inserção de dados em meios informáticos, a exemplo do GRP;

X - Acompanhar a vigência do instrumento contratual, a fim de proceder às diligências administrativas de prorrogação, se possível e vantajoso for, ou ao encerramento da contratação, de modo a garantir o atendimento do interesse público;

XI - Propor medidas que melhorem a execução do contrato;

XII - Conhecer suas atribuições para o exercício das atividades de gestão;

XIII - Encaminhar ao respectivo responsável, as questões que ultrapassam o âmbito das suas atribuições para que possam ser solucionadas;

XIV - Providenciar, sempre por escrito, a obtenção de esclarecimentos, auxílio ou suporte técnico, para aqueles casos em que tiver dúvidas sobre a providência a ser adotada;

XV - Alimentar o Portal da Transparência e de Acesso à Informação do Governo, os sistemas informatizados para gestão dos Contratos Administrativos e outros subsistemas quanto a informações inerentes aos contratos que gerencia, responsabilizando-se por tais informações, inclusive, sempre quando solicitadas;

XVI - Negociar condições previamente estabelecidas com o CONTRATANTE sempre que o mercado assim o exigir e quando da sua prorrogação, nos termos da Lei;

XVII - Informar periodicamente ao Ordenador de Despesas do órgão/entidade sobre ocorrências relacionadas ao contrato. Por exemplo: execução de ajustes, requerimento de concessão de reajuste, prorrogações e etc., encaminhando, sempre que solicitado, o relatório de acompanhamento de obras ou serviços prestados comunicando as irregularidades encontradas;

XVIII - Juntamente com o fiscal, deve levar ao conhecimento do Ordenador de Despesas do órgão/entidade, sempre por escrito, instruções relativas a modificações de projetos aprovados, alterações de prazos, cronogramas e demais informações correlatas ao contrato, emitindo pareceres e relatórios técnicos como forma de subsidiar a Administração na tomada de decisões;

XIX - Obter a formalização da designação do preposto junto à CONTRATADA;

XX - Elaborar, se necessário, o plano de inserção, instrumento pelo qual deverá ocorrer o repasse ao contratado, por meio do preposto, os conhecimentos necessários para a execução dos serviços, e disponibilizar infraestrutura adequada à CONTRATADA para execução do pactuado, quando for o caso; e

XXI - Notificar a CONTRATADA, por ordem do Ordenador de Despesas do órgão/entidade CONTRATANTE, sobre irregularidades encontradas.

11.12.3. A gestão documental e a comprovação de regularidade das obrigações acessórias, compreendidas as de natureza trabalhista, fiscal e previdenciária, são de responsabilidade do GESTOR DO CONTRATO.

11.12.4. É competência do GESTOR DO CONTRATO conduzir o procedimento de reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato.

11.12.5. O GESTOR DO CONTRATO que não observar as normas contidas na Portaria e no Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos e causar danos de qualquer ordem ao Poder Público em decorrência do exercício do ônus a ele incumbido, responderá pelos danos que causar.

11.13. **QUANTO AO FISCAL DO CONTRATO**

11.13.1. Considera-se FISCAL DO CONTRATO: servidor especialmente designado para representar a Administração e verificar a execução física do objeto contratual. É o responsável pela verificação técnica quanto ao aspecto quantitativo e qualitativo da prestação do serviço ou entrega da coisa, cuja atuação é pontual.

11.13.2. São atribuições do FISCAL DO CONTRATO, sem prejuízo das demais previstas no Manual de Gestão e Fiscalização dos Contratos Administrativos do Estado do Acre:

I - Conhecer o inteiro teor do Edital e seus anexos ou da Ata de Registro de Preços, do Instrumento Contratual, seus anexos e eventuais aditivos/apostilamentos;

- II - Avaliar a quantidade e a qualidade dos serviços executados ou dos bens entregues;
- III - Atestar, em documento hábil, o fornecimento ou a entrega de bens permanentes ou de consumo e a prestação do serviço, após conferência prévia do objeto contratado;
- IV - No caso de serviços, controlar a efetividade e eficácia da sua execução em estrita observância ao estabelecido no contrato (especificações e normas técnicas, por exemplo), solicitando a correção de eventuais vícios, imperfeições, deficiências e/ou omissões que constatar;
- V - No caso de compras, acompanhar a entrega dos bens, verificando sua quantidade e qualidade;
- VI - Registrar todas as ocorrências havidas durante o período de execução do contrato, em livro próprio, conforme art. 117, §1º da Lei Federal n.º 14.133/2021;
- VII - Observar os prazos contratuais para a regularização de eventuais falhas e, no caso da inexistência de sua previsão, estabelecer juntamente com o Gestor de Contrato, prazo razoável para medida saneadora;
- VIII - Conhecer suas atribuições e responsabilidades para o exercício das atividades de fiscalização;
- IX - Assegurar-se do cumprimento integral das obrigações contratuais assumidas pela CONTRATADA;
- X - Apresentar, periodicamente ou quando solicitado, relatório circunstanciado de acompanhamento da execução do serviço, da entrega do material ou do bem, que deverá ser instruído com registros fotográficos e demais documentos probatórios, quando for o caso;
- XI - Acompanhar rotineiramente a execução dos serviços contratados;
- XII - Atuar em tempo hábil na solução dos problemas que – porventura - venham a ocorrer ao longo da execução contratual, desde que não ultrapassem suas competências;
- XIII - Encaminhar as questões que ultrapassem suas atribuições ao Gestor do Contrato;
- XIV - Providenciar, sempre por escrito, a obtenção de esclarecimentos, auxílio ou suporte técnico para aqueles casos em que tiver dúvidas sobre a providência a ser adotada.
- XV - Indicar, em nota técnica, a necessidade de eventuais descontos a serem realizados no valor mensal dos serviços, por meio de glosas que serão escritas no verso da nota ou documento equivalente;
- XVI - Cientificar o gestor do contrato e também o Ordenador de Despesas do órgão/entidade CONTRATANTE da possibilidade de não conclusão do objeto na data pactuada, com as devidas justificativas;
- XVII - Realizar, juntamente com a CONTRATADA, as medições dos serviços nas datas estabelecidas, antes de atestar as respectivas notas fiscais;
- XVIII - Reportar-se sempre ao preposto da CONTRATADA, não devendo, em hipótese alguma, dar ordens diretamente aos seus empregados;
- XIX - Emitir atestados ou certidões de avaliação dos serviços prestados;
- XX - Emitir atestado ou certidão de realização de serviços, total ou parcial;
- XXI - Controlar a medição do serviço executado, aprovando somente a medição dos serviços efetivamente realizados;
- XXII - Informar o Gestor do Contrato sobre irregularidade que deva ser sanada;
- XXIII - Glosar as medições quando houver má execução da CONTRATADA ou mesmo a sua não execução e, com isso, sugerir a aplicação de penalidades à CONTRATADA em face do inadimplemento de suas obrigações; e
- XXIV - Representar, levando ao conhecimento das autoridades a execução de ato ilícito que tenha tido conhecimento em razão de seu ofício.

11.13.2.1. Das anotações previstas no inciso VI deverá constar, no mínimo, descrição sumária do ocorrido e, logo após, subscrição de ciência por parte da CONTRATADA.

11.13.3. Caberá ao FISCAL DO CONTRATO ainda, como medida basilar e de cumprimento legal (art. 117, §1º da Lei nº 14.133/2021), manter arquivo próprio onde deverá guardar cópias e comprovantes das providências que tomar.

11.13.4. O FISCAL DO CONTRATO que não observar as normas contidas na Portaria e no Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos e causar danos de qualquer ordem ao Poder Público em decorrência do exercício do ônus a ele incumbido, responderá pelos danos que causar.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS CRITÉRIOS E PRAZOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

12.1. O pagamento dos serviços efetivamente prestados será efetuado à empresa contratada no prazo de **30 (trinta) dias corridos**, contados do aceite definitivo do objeto, compreendido nesse período a fase de ateste deste – o qual conterá o endereço, o CNPJ, os números do Banco, da Agência e da Conta Corrente da Empresa contratada, o número da Nota de

Empenho e a descrição clara do objeto – em moeda corrente nacional, de acordo com as condições constantes na proposta da Empresa contratada e aceita pela Administração contratante.

12.2. O pagamento será efetuado pela CONTRATANTE mediante a entrega da Nota Fiscal, referente ao fornecimento de combustível dos últimos 30 (trinta) dias do mês anterior, juntamente com o Relatório Analítico de Despesas e todos os documentos que comprovem a regularidade fiscal e trabalhista da empresa CONTRATADA.

12.3. O documento fiscal deverá ser emitido em nome da:

- a) Departamento Estadual de Trânsito - Acre
- b) CNPJ nº 01.005.762/0001-43.

12.4. O valor a ser pago será resultante da aplicação do percentual de desconto ao efetivo montante total dos gastos realizados com o abastecimento da frota no mês de referência, constante do Relatório Analítico de Despesa, devidamente conferido e aprovado pelo GESTOR ou FISCAL do Contrato.

12.5. A emissão da ordem bancária será efetuada após o documento fiscal ser conferido, aceito e atestado por servidor responsável, caracterizando o recebimento definitivo, verificação da medição, que será realizada periodicamente, e ter sido verificada a regularidade da Empresa contratada, mediante consulta on-line ao Sistema Unificado de Cadastro de Fornecedores (SICAF), ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa disponível no Portal do CNJ e à Certidão Negativa (ou Positiva com efeito de Negativa) de Débitos Trabalhistas (CNDT), para comprovação, dentre outras coisas, do devido recolhimento das contribuições sociais (FGTS e Previdência Social) e demais tributos estaduais, federais e municipais, conforme cada caso.

12.6. Deverão constar na nota fiscal o número do empenho, modalidade e número da licitação, Número da Medição (quando for o caso), Período da Medição (quando for o caso) e o Número do Contrato utilizado e a descrição clara do objeto.

12.7. Além das descrições acima citadas, a Contratada deverá destacar no campo da Nota Fiscal/Fatura a retenção do IR, INSS e ISS, demonstrando a base de cálculo e respectivas alíquotas, em atendimento ao Decreto Estadual nº 11.107 de 19 de agosto de 2022 e Instrução Normativa RFB nº 1.234 de 11 de Janeiro de 2012, e suas alterações posteriores.

12.8. No caso de situação de isenção de recolhimento prévio de algum imposto, taxa ou contribuição, deverá ser consignada no corpo do documento fiscal a condição da excepcionalidade, o enquadramento e fundamento legal, acompanhado de declaração de isenção e responsabilidade fiscal, assinada pelo representante legal da empresa, com fins específicos e para todos os efeitos, de que é inscrita/enquadrada em sistema de apuração e recolhimento de impostos e contribuições diferenciado, e que preenche todos os requisitos para beneficiar-se da condição, nos termos da lei.

12.9. Os valores a serem pagos pela CONTRATANTE corresponderão exclusivamente aos serviços comprovadamente executados pela CONTRATADA, de acordo com as Ordens de Serviço emitidas pelo Gestor(a) e/ou Fiscal do Contrato.

12.10. Para efeito de faturamento dos combustíveis deverão ser realizados os seguintes procedimentos:

- a) **Computar o total de litros por combustível fornecido;**
- b) **Multiplicar a litragem pelo preço à vista da bomba, na data que ocorreu o fornecimento, do fornecedor credenciado;**
- c) **Aplicar a taxa/desconto sobre o valor total da despesa mensal;**
- d) **Apurar os valores correspondentes às despesas de abastecimento e o percentual de desconto.**
- e) **Apresentar, até 05 (cinco) dias úteis a contar do último dia de encerramento do mês anterior, pré-faturamento com detalhes dos abastecimentos, para conferência por parte da CONTRATANTE e posterior aprovação para faturamento.**
- f) **Os documentos elencados acima, deverão estar obrigatoriamente assinados e legíveis.**

12.11. Na ocorrência de rejeição do documento fiscal motivado por erro ou incorreções, o mesmo será devolvido à empresa contratada para retificação e reapresentação, acrescendo-se, no prazo fixado para pagamento, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação.

12.12. Nos casos de eventuais atrasos injustificados de pagamento, desde que a Empresa contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Administração contratante, desde a data limite fixada para pagamento até a data do efetivo pagamento, será a seguinte:

$EM = N \times VP \times I / 365$, onde:

EM = Encargos moratórios a serem pagos pelo atraso de pagamento;

N = Número de dias de atraso contados entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso; e

I = IPCA anual acumulado (Índice de Preços ao Consumidor Ampliado do IBGE) / 100.

12.13. Na hipótese de pagamento de juros de mora e demais encargos por atraso, os autos devem ser instruídos com as justificativas e motivos, e ser submetidos à apreciação da autoridade superior competente, que adotará as providências para verificar se é ou não caso de apuração de responsabilidade, identificação dos envolvidos e imputação de ônus a quem deu causa à

mora. (IN 06, DE 23 de dezembro de 2013 da SLTI do MPOG).

12.14. A CONTRATANTE pode deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas, ressarcimentos ou indenizações devidas pela CONTRATADA. Caso esse valor seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada administrativamente ou judicialmente, se necessário.

12.15. O desconto de qualquer valor no pagamento devido à CONTRATADA será precedido de processo administrativo em que será garantido à empresa o contraditório e a ampla defesa, com os recursos e meios que lhes são inerentes.

12.16. Não deverá ser efetuado pagamento à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária (quando for o caso), exceto nos casos de parcela incontroversa, ou seja, aquela sobre a qual não paire qualquer dúvida, e esta, será devidamente paga pela CONTRATANTE.

12.17. Para fins de pagamento, a CONTRATADA deverá estar devidamente cadastrada no Cadastro de Credor do Sistema de Administração Orçamentária, Financeira e Contábil – SAFIRA da Secretaria de Estado da Fazenda do Estado do Acre – SEFAZ, e atender todas as exigências necessárias, inclusive quanto à documentação obrigatória.

12.18. Os documentos de cobrança deverão ser entregues pela empresa contratada, no Departamento Estadual de Trânsito - Acre, localizado no município de Rio Branco/AC na Estrada Dias Martins nº 894, Bairro Jardim Primavera, CEP: 69918-084, no horário de expediente da Contratante, ou por e-mail a ser informado quando da assinatura do contrato.

12.19. Em nenhuma hipótese será efetuado pagamento de documento fiscal com o número do CNPJ/MF diferente do que foi apresentado na proposta de preços, mesmo que sejam empresas consideradas matriz e filial ou vice-versa, ou pertencentes ao mesmo grupo ou conglomerado.

12.20. Não será realizado qualquer tipo de pagamento através de boleto bancário ou por outro meio diferente do previsto no Contrato.

12.21. A Administração contratante, no momento do pagamento, providenciará as devidas retenções tributárias, nos termos da legislação vigente, exceto nos casos em que a empresa contratada comprovar, na forma prevista em lei, não lhe serem aplicáveis tais retenções.

12.22. Caso a empresa contratada seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das ME e EPP – SIMPLES, desde que não haja vedação legal para tal opção em razão do objeto executado, deverá apresentar, juntamente com o documento fiscal, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor.

12.23. **DA NOTA FISCAL**

12.23.1. As Notas Fiscais/Faturas deverão ser preenchidas em nome da:

- a) Departamento Estadual de Trânsito - Acre
- b) CNPJ nº 01.005.762/0001-43.
- c) Estrada Dias Martins nº 894, Bairro Jardim Primavera, Rio Branco - Acre, CEP: 69918-084.

12.23.2. Os serviços de abastecimento deverão ser contabilizados individualmente e os relatórios entregues acompanhados das respectivas Notas Fiscais/Faturas e documentos de regularidade fiscal, emitidas, no mínimo, em 2 (duas) vias.

12.23.3. O DETRAN/AC certificará a Nota Fiscal/Fatura somente após a conferência da sua regularidade, verificação de todos os abastecimentos e comprovação da entrega de toda documentação pertinente, não se obrigando a Divisão de Transportes do DETRAN/AC a enviar para pagamento as Notas Fiscais/Faturas que não estejam de acordo com os requisitos estabelecidos.

12.23.4. Considera-se ocorrido o recebimento da Nota Fiscal/Fatura no momento em que a CONTRATANTE atestar a execução do objeto do Contrato.

12.23.5. Será obrigatória a observância da Instrução Normativa da Controladoria Geral do Estado do Acre nº 002/2013 quanto à composição das Notas Fiscais/Faturas.

12.23.6. Os comprovantes da entrega de bem, material ou da prestação efetiva do serviço, no caso de Notas Fiscais ou Faturas, devem apresentar o preenchimento de todos os seus itens detalhadamente, não se admitindo rasuras, acréscimos, emendas, entrelinhas, generalizações ou abreviaturas que impossibilitem o conhecimento das despesas efetivamente realizadas, devendo ser obrigatório também a:

- I - Discriminação clara e detalhada do serviço prestado e/ou produto/material fornecido;
- II - Data de emissão do documento fiscal;
- III - Competência (período/mês em que o serviço foi executado);
- IV - Indicação da parcela ou medição a ser paga e total de parcelas ou medições a pagar referentes ao fornecimento/serviço, quando for o caso;
- V - Indicação do certame licitatório;
- VI - Indicação do número da ata, em caso de registro de preços;

- VII - Indicação do número da nota de empenho;
- VIII - Indicação do número do Contrato ou instrumento substituto; e
- IX - Indicação de contrato de empréstimo, agente financiador ou quaisquer outras informações solicitadas pela instituição concedente do recurso, quando for o caso.
- X - Nas Notas Fiscais/Faturas será ainda discriminado, pelo fornecedor ou prestador de serviço:
- XI - Todas as obrigações acessórias (IR, INSS, SEST/SENAT, ICMS, ISS);
- XII - Os valores referentes à mão-de-obra e a compra de materiais, quando for o caso;
- XIII - As informações que justifiquem a desobrigação fiscal e outros dados julgados necessários; e
- XIV - Em se tratando de subcontratação, deverá constar também o número do documento fiscal apresentado pela empresa SUBCONTRATADA e os respectivos valores.

12.23.7. A Nota Fiscal/Fatura deverá conter o detalhamento do valor devido a título de recolhimento de Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF, devendo ainda conter informações acerca da alíquota utilizada, caso contrário, ela deverá ser devolvida para retificação;

12.23.8. O documento fiscal deverá ser encaminhado juntamente com o(s) documento(s) de recolhimento Estadual (DAE);

12.23.9. As empresas cujo o documento fiscal contenha o recolhimento para o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), tem o prazo máximo para emissão/apresentação até o dia 10 de cada mês, do contrário, deverá emitir somente no próximo mês.

12.23.10. Quando houver mais de uma fonte orçamentária para os bens adquiridos, a Nota Fiscal/Fatura deverá ser emitida no valor de cada empenho.

12.23.11. A Nota Fiscal/Fatura que for apresentada com erro será devolvida à CONTRATADA para retificação e reapresentação, acrescendo-se, no prazo fixado para pagamento, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação.

12.23.12. Ocorrendo devolução da Nota Fiscal/Fatura por erros, rasuras, dúvidas ou outros motivos relevantes que causem ambiguidade, a contagem do prazo será iniciada a partir da nova data de entrega da Nota Fiscal/Fatura corrigida no protocolo da CONTRATANTE.

12.23.13. Na hipótese das Notas Fiscais/Faturas apresentarem erros, rasuras, dúvidas ou outros motivos relevantes que causem ambiguidade, a CONTRATANTE poderá pagar apenas a parcela não controvertida no prazo fixado para pagamento, ressalvado o direito da CONTRATADA de reapresentar, para cobrança, as partes controvertidas com as devidas justificativas, neste caso, a CONTRATANTE, a partir da devida análise, efetuará o respectivo pagamento no mesmo prazo do subitem acima.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS CRITÉRIOS DE REAJUSTE E REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

13.0.1. Não haverá reajuste contratual, considerando que a remuneração da contratada decorre exclusivamente do percentual de desconto ofertado, incidente sobre os valores dos combustíveis praticados pelos postos credenciados, inexistindo preço fixo a ser reajustado.

13.0.2. Fica assegurada, contudo, a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, nos termos do art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 14.133/2021, desde que comprovada detalhadamente e de forma objetiva, a ocorrência de fato imprevisível ou previsível de consequências incalculáveis que impacte diretamente a execução contratual, não se caracterizando como hipótese de reequilíbrio a mera variação dos preços dos combustíveis no mercado.

13.0.3. O pedido de reequilíbrio deverá ser formalmente comprovado pela contratada, mediante demonstração analítica devidamente detalhada da efetiva repercussão nos custos contratuais, cabendo à Administração a análise técnica e decisão motivada.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

14.1. Deverão ser observados os artigos 115 ao 123 da Lei nº 14.133/2021 em relação à inexecução e o art. 137 referente à rescisão dos contratos.

14.2. A inexecução total ou parcial do Contrato enseja a sua rescisão, se houver uma das ocorrências constantes da Lei 14.133/2021.

14.3. A rescisão do Contrato poderá ser:

- a) por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a IX do art. 137 da Lei nº 14.133/2021;
- b) amigável, por acordo entre as partes, reduzidas a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;
- c) judicial, nos termos da legislação.

14.4. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade

competente.

14.5. Os procedimentos de rescisão contratual, tanto os amigáveis, como os determinados por ato uni lateral da CONTRATANTE, serão formalmente motivados, assegurado à CONTRATADA, na segunda hipótese, o direito ao contraditório e à ampla defesa, mediante prévia e comprovada intimação da intenção da CONTRATANTE para que, se o desejar, a CONTRATADA apresente defesa no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados de seu recebimento e, em hipótese de desacolhimento da defesa, interponha recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da intimação da decisão rescisória.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- I - Dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II - Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III - Dar causa à inexecução total do contrato;
- IV - Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V - Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI - Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII - Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII - Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX - Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer na tureza;
- XI - Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- XII - Praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.](#)

15.2. **Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:**

- I - Advertência;
- II - Multa;
- III - Impedimento de licitar e contratar; e
- IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

15.2.1. **Na aplicação das sanções serão considerados:**

- I - A natureza e a gravidade da infração cometida;
- II - As peculiaridades do caso concreto;
- III - As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV - Os danos que dela provierem para a Administração Pública; e
- V - A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

15.3. Para todos os efeitos, os participantes do certame licitatório sujeitam-se à integralidade das sanções e condições dispostas no Capítulo I (Das infrações e sanções administrativas) da Lei Federal nº 14.133/2021, assim como nas disposições previstas no Decreto Estadual nº 11.363/2023.

15.4. Independentemente das sanções regulamentadas na legislação descrita no subitem acima, os participantes deste processo ficarão sujeitos, ainda, à composição das perdas e danos causados à Administração, bem como às responsabilidades civis e criminais pertinentes.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA SUBCONTRATAÇÃO

16.1. Não será admitida a subcontratação total ou parcial do objeto.

16.2. A vedação justifica-se, nos termos do art. 122, § 2º, da Lei nº 14.133/2021, por se tratar de serviço cujo núcleo compreende a gestão e a operacionalização integral de sistema informatizado de abastecimento, exigindo responsabilidade direta, exclusiva e centralizada da contratada.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS GARANTIAS

17.1. Será exigida prestação de garantia para fins de contratação, nos termos do art. 96 da Lei nº 14.133/2021.

17.2. Caberá ao contratado optar por uma das modalidades de garantia previstas no art. 96 da referida lei.

17.3. O edital fixará prazo mínimo de 1 (um) mês, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura

do contrato, para a prestação da garantia pelo contratado quando optar pela modalidade prevista no inciso II do § 1º do art. 96.

17.4. Na contratação, o valor da garantia prevista será de 5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato, podendo ser autorizada a majoração desse percentual para até 10%, desde que justificada mediante análise da complexidade técnica e dos riscos envolvidos.

17.5. A garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, assegurará o pagamento de:

- a) prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do Contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- b) prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do Contrato;
- c) multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à CONTRATADA; e
- d) obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela CONTRATADA, quando couber.

17.6. Demais condições em relação ao tema estão dispostas no art. 96 da Lei Federal nº 14.133/2021.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – ANTICORRUPÇÃO

18.1. Compromisso com a Integridade: A Contratada declara expressamente que não oferecerá, dará, prometerá, solicitará ou aceitará, direta ou indiretamente, qualquer vantagem indevida, suborno, propina, comissão ou qualquer outra forma de benefício ilícito a agentes públicos ou terceiros em razão deste contrato.

18.2. Conformidade com a Legislação: A Contratada se compromete a cumprir todas as disposições da Lei Federal nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), da Lei Estadual nº 3.747/2021 (Programa de Integridade e Compliance do Estado do Acre e demais normas aplicáveis.

18.3. Canal de Denúncias: A Contratada se compromete a divulgar, no âmbito de sua organização, o canal de denúncias do DETRAN/AC, assegurando que qualquer colaborador possa relatar irregularidades relacionadas à execução deste contrato. Para tanto, deverão ser informados os seguintes meios de contato:

E-mail: ouvidoria.detrان@ac.gov.br

Telefone: (68) 3215-4160

Ramal: 2007

Endereço: Estrada Dias Martins nº 894, Bairro Jardim Primavera, Cep: 69919-600.

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DOS CASOS OMISSOS

19.1. Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei nº 14.133/2021 e Decreto Estadual nº 11.363/2023 e subsidiariamente, as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor com suas posteriores alterações e legislação correlata.

20. CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO FORO

20.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Rio Branco/AC para dirimir quaisquer dúvidas referentes ao processo licitatório e procedimentos dele resultantes, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

TAYNARA MARTINS BARBOSA
PRESIDENTE DO DETRAN/AC,
CONTRATANTE

ANDERSON DE SOUZA CASTRO
DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO
CONTRATANTE

CONTRATADA

ANEXO I

ITEM	ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS	UNIDADE	VALOR ESTIMADO TOTAL DA QUANTIDADE DE CONSUMO (R\$)	PERCENTUAL DE DESCONTO	VALOR TOTAL (R\$)
1	Prestação de serviço de implantação e operacionalização de sistema informatizado de abastecimento e administração de despesas com combustíveis em postos credenciados, mediante uso de cartão eletrônico ou magnético, com fornecimento contínuo e ininterrupto de combustíveis para frota pertencentes ou sob responsabilidade do Departamento Estadual de Trânsito - Acre, inclusive o serviço de recolhimentos com retenção dos encargos e tributos de obrigação da contratada em nome do Departamento Estadual de Trânsito - Acre por cada posto credenciado.	Serviço	R\$ 962.880,00		R\$ 962.880,00
VALOR TOTAL (R\$) 962.880,00 (novecentos e sessenta e dois mil, oitocentos e oitenta reais).					



Documento assinado eletronicamente por **ADERLANDIO BARRETO DA SILVA**, **Chefe de Divisão em exercício**, em 26/03/2026, às 08:42, conforme horário oficial do Acre, com fundamento no art. 11, § 3º, da [Instrução Normativa Conjunta SGA/CGE nº 001, de 22 de fevereiro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.sei.ac.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **0020042217** e o código CRC **50A37868**.

ANEXO IV DO EDITAL - PROPOSTA DE PREÇOS (MODELO)

Referente: Edital Pregão Eletrônico SRP N.º ____/____.

Apresentamos a V.S., nossa Proposta de fornecimento de serviços especializados _____, nos termos do Edital e seus Anexos.

NOME COMPLETO DO LICITANTE: _____

CNPJ: _____

ENDEREÇO: _____

EMAIL: _____

TELEFONE: _____

CONFORME TABELA CONSTANTE NO ITEM 1 DO TERMO DE REFERÊNCIA

O prazo de validade de nossa proposta de preços é de xx (xxxxxxxx) dias, contados da data da abertura da licitação.

Prazo de entrega conforme especificações do Anexo I.

Declaramos que nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

Declaramos que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Edital e seus Anexos, bem como aceitamos todas as obrigações e responsabilidades especificadas no Termo de Referência.

Local e data

Assinatura do representante legal da empresa

Notas:

1. **Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no COMPRASGOV e as especificações constantes do Anexo I – Termo de Referência deste Edital prevalecerão às últimas.**
2. O prazo mínimo de validade da proposta será de 90 dias a contar da sessão pública.
3. Vide outras determinações no Anexo I – Termo de Referência, deste Edital.
4. **MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO**